

VIGENTE

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02084/2013)**



Documento Assinado Digitalmente por: ADELMO CORDEIRO DE LUCENA MONTEIRO
Acesse em: <https://ctce.ice.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 5d50aca-b3a6-4406-9401-254290541b9

DEVEDOR

Ente Federativo/UF:	Belo Jardim/PE	CNPJ:	10.260.222/0001-05
Endereço:	Rua Siqueira Campos, nº 20	CEP:	55150-000
Bairro:	Centro	Fax:	(081) 3726-8711
Telefone:	(081) 3726-8711		
E-mail:	silviabezerra@hotmail.com		
Representante legal:	João Mendonça Bezerra Jatobá	Complemento:	Prefeito Municipal
CPF:	430.668.284-68	Data início da gestão:	01/01/2013
Cargo:	Prefeito		
E-mail:	silviabezerra@hotmail.com		

CREDOR

Unidade Gestora:	Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim	CNPJ:	05.782.177/0001-00
Endereço:	Rua Quitéria Neves, nº 006	CEP:	55150-010
Bairro:	Centro	Fax:	(081) 3726-6370
Telefone:	(081) 3726-6370		
E-mail:	silviabezerra@hotmail.com		
Representante legal:	Sílvia Renata Nascimento Bezerra	Complemento:	Diretora Presidente
CPF:	030.631.174-71	Data início da gestão:	01/01/2013
Cargo:	Gestor		
E-mail:	silviabezerra@hotmail.com		

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei Municipal nº 2.039 de 28 de agosto de 2013 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Belo Jardim da quantia de R\$ 268.389,94 (duzentos e sessenta e oito mil e trezentos e oitenta e nove reais e noventa e quatro centavos), correspondentes aos valores de Contribuição dos Segurados devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 03/2007 a 07/2009, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Belo Jardim confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela existência do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 268.389,94 (duzentos e sessenta e oito mil e trezentos e oitenta e nove reais e noventa e quatro centavos), será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 4.473,17 (quatro mil e quatrocentos e setenta e três reais e dezessete centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 4.473,17 (quatro mil e quatrocentos e setenta e três reais e dezessete centavos), vencerá em 10/06/2014 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, conforme Lei nº 2.039 de 28/08/2013.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02084/2013)**



Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
- b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas na forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações:

- a) a infração de qualquer das cláusulas do termo;
- b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas;
- c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de março de 2013, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados;
- d) a revogação da Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irrevogável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decurso da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Belo Jardim - PE / 19/05/2014

Prefeitura Municipal de Belo Jardim
João Mendonça Bezerra Jatobá

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim
Sílvia Renata Nascimento Bezerra

Testemunhas:

Francielma Soares de Araújo Silva
Assistente Técnico
CPF: 058.479.294-80
RG: 7.086.843 SDS PE

Amara Cristina Rambo Alves da Silva
Gerente de Benefícios e Previdência
CPF: 085.370.334-56
RG: 7.782.181 SDS PE



DECLARAÇÃO

João Mendonça Bezerra Jatobá, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 02084/2013, firmado entre o/a Belo Jardim e o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim em 18/05/2014, publicado em ____/____/____ no

(X) mural
() jornal ____ - Edição nº ____ de ____/____/____
() Diário Oficial do ____ - Edição nº ____ de ____/____/____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Belo Jardim, 19/05/2014

João Mendonça Bezerra Jatobá
Prefeito

AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM

Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários

Acordo CADPREV nº	02084/2013	Data	19/05/2014
Valor consolidado	268.389,94	Valor da prestação inicial	4.473,17
Número prestações	60	Vencimento 1ª prestação	10/06/2014

DEVEDOR

Ente Federativo	Belo Jardim	CNPJ	10.260.222/0001-05
Representante Legal	João Mendonça Bezerra Jatobá	CPF	430.668.284-68
Conta para débito	Banco do Brasil	Agência nº	721-8
		Conta nº	5131-4

CREDOR

Unidade Gestora	Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim	CNPJ	05.782.177/0001-00
Representante Legal	Silvia Renata Nascimento Bezerra	CPF	030.631.174-71
Conta para crédito	Bradesco	Agência nº	2169-5
		Conta nº	17665-6

1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, cientifica o Banco do Brasil de que, segundo o estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento:

- 1.1 - das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;
- 1.2 - das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.

2. Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:

2.1 - Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação do acordo de parcelamento (item 1.1) ou 30 (trinta) dias do vencimento das contribuições não parceladas (item 1.2), sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente.

2.2 - Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora.

2.3 - Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, este será amortizado pelo saldo existente na conta, dando-se preferência aos valores de que tratam o item 1.1 e em seguida aos do item 1.2, e o resíduo será debitado na parcela subsequente de crédito do FPM.

2.4 - O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.

3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.

4. Esta autorização constitui parte integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

Belo Jardim/PE - 19/05/2014

ASSINATURAS

ENTE FEDERATIVO	
UNIDADE GESTORA	
BANCO DO BRASIL	

Romulo Dias Pereira da Silva
Gerente Geral UN
Matr. 8.746.499-4





DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

CNPJ: 10.260.222/0001-05 Número do acordo: 02084/2013

Ente: Prefeitura Municipal de Belo Jardim / PE

Título: PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS - FUNDO FINANCEIRO - NAF Nº 111/2011

Lei autorizativa do parcelamento: Lei Municipal nº 2.039 de 28 de agosto de 2013

Data de consolidação do Termo: 19/05/2014

Data de assinatura do Termo: 19/05/2014

Data de vencimento da 1ª: 10/06/2014

2. RESULTADO DA RUBRICA

Rubrica: Contribuição dos Segurados

Competência: Inicial: 03/2007 Final: 07/2009

Quantidade de Parcelas: 60

Diferença apurada: 148.782,92

Diferença apurada atualizada: 268.389,94

Valor da parcela na data de consolidação: 4.473,17

Critérios de atualização para consolidação do débito:

Índice: IPCA

Taxa de juros:

0,50 am

Tipo de juros: Simples

Multa:

Critérios de atualização das parcelas vencidas:

Índice: IPCA

Taxa de juros:

0,50 am

Tipo de juros: Simples

Critérios de atualização das parcelas vencidas:

Índice: IPCA

Taxa de juros:

0,50 am

Tipo de juros: Simples

Multa: 2,00 %





DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA

COMPETÊNCIA	DIFERENÇA APURADA	ÍNDICE(%) VARIAÇÃO(%)	ATUALIZAÇÃO JUROS PERC.(%)	JUROS	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA
03/2007	12.936,30	0,37	48,21	6.236,59	42,50	8.148,48
04/2007		0,25	47,84		42,00	27.321,37
05/2007		0,28	47,43		41,50	
06/2007		0,28	47,02		41,00	
07/2007		0,24	46,67		40,50	
08/2007		0,47	45,98		40,00	
09/2007		0,18	45,72		39,50	
10/2007		0,30	45,28		39,00	
11/2007		0,38	44,73		38,50	
12/2007		0,74	43,67		38,00	
13/2007		0,74	43,67		38,00	
01/2008		0,54	42,90		37,50	
02/2008		0,49	42,20		37,00	
03/2008		0,48	41,52		36,50	
04/2008		0,55	40,75		36,00	
05/2008		0,79	39,64		35,50	
06/2008		0,74	38,62		35,00	
07/2008	0,00	0,53	37,89	0,00	34,50	0,00
08/2008	14.844,49	0,28	37,50	5.566,68	34,00	27.350,97
09/2008	14.582,49	0,26	37,15	5.421,11	33,50	26.718,16
10/2008	14.490,39	0,45	36,53	5.293,34	33,00	26.312,36



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

11/2008	14.365,90	0,36	36,04	5.177,47	32,50	6.351,60	25.894,97
12/2008	14.468,22	0,28	35,66	5.159,37	32,00	6.280,83	25.908,42
13/2008	14.494,54	0,28	35,66	5.168,75	32,00	6.292,25	25.955,54
01/2009		0,48	35,01		31,50		
02/2009		0,55	34,28		31,00		
03/2009	0,00	0,20	34,01	0,00	30,50	0,00	0,00
04/2009	0,00	0,48	33,37	0,00	30,00	0,00	0,00
05/2009	15.935,17	0,47	32,74	5.217,17	29,50	6.239,94	27.392,28
06/2009	15.543,96	0,36	32,27	5.016,04	29,00	5.962,41	26.522,43
07/2009	17.111,44	0,24	31,95	5.467,11	28,50	6.434,89	29.013,44
TOTAL:	149.762,92			53.723,63		65.883,39	268.389,94

[Assinatura]





DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

4. ASSINATURAS

ENTE: Prefeitura Municipal de Belo Jardim / PE - 10.260.222/0001-05

Representante Legal: 430.668.284-68 - João Mendonça Bezerra Jatozá

UNIDADE GESTORA: Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim - 05.782.177/0001-00

Representante Legal: 030.631.174-71 - Sílvia Renata Nascimento Bezerra

TESTEMUNHAS:

Nome: Francielma Soares de Araújo Silva

Cargo: Assistentia Técnica

CPF: 058.479.294-80

Nome: Amara Cristina Ramos Alves da Silva

Cargo: Gerente de Benefícios e Previdência

CPF: 085.370.334-56

Data: 17/03/14

Assinatura:

Data: 17/03/14

Assinatura:



VIGENTE

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02085/2013)**



Documento Assinado Digitalmente por: ADELMO CORDEIRO DE LUCENA MONTEIRO
Acesse em: <https://ctce.ice.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 5d5092eca-b3a6-44e5-b411-254320d541b9

DEVEDOR

Ente Federativo/UF:	Belo Jardim/PE	CNPJ:	10.260.222/0001-05
Endereço:	Rua Siqueira Campos, nº 20	CEP:	55150-000
Bairro:	Centro	Fax:	(081) 3726-8711
Telefone:	(081) 3726-8711		
E-mail:	silviabezerra@hotmail.com		
Representante legal:	João Mendonça Bezerra Jatobá	Complemento:	Prefeito Municipal
CPF:	430.668.284-68	Data início da gestão:	01/01/2013
Cargo:	Prefeito		
E-mail:	silviabezerra@hotmail.com		

CREDOR

Unidade Gestora:	Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim	CNPJ:	05.782.177/0001-00
Endereço:	Rua Quitéria Neves, nº 006	CEP:	55150-010
Bairro:	Centro	Fax:	(081) 3726-6370
Telefone:	(081) 3726-6370		
E-mail:	silviabezerra@hotmail.com		
Representante legal:	Silvia Renata Nascimento Bezerra	Complemento:	Diretora Presidente
CPF:	030.631.174-71	Data início da gestão:	01/01/2013
Cargo:	Gestor		
E-mail:	silviabezerra@hotmail.com		

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei Municipal nº 2.039 de 28 de agosto de 2013 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Belo Jardim da quantia de R\$ 338.559,86 (trezentos e trinta e oito mil e quinhentos e cinquenta e nove reais e oitenta e seis centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal (240 meses) devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 01/2006 a 07/2009, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Belo Jardim confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 338.559,86 (trezentos e trinta e oito mil e quinhentos e cinquenta e nove reais e oitenta e seis centavos), será pago em 240 (duzentos e quarenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 1.410,67 (hum mil e quatrocentos e dez reais e sessenta e sete centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 1.410,67 (hum mil e quatrocentos e dez reais e sessenta e sete centavos), vencerá em 10/06/2014 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de consolidação, conforme Lei nº 2.039 de 28/08/2013.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Página 1

[Assinaturas manuscritas]

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02085/2013)**



Documento Assinado Digitalmente por: ADELAIR CORDEIRO DE LUCENA MONTEIRO
Assinatura em: https://cfe.ce.gov.br/epv/validarDoc.seam?codigo_documento=5d509aca-b3a6-44a5-9411-254520d541b9

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
- b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas na forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações:

- a) a infração de qualquer das cláusulas do termo;
- b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas;
- c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de março de 2013, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados;
- d) a revogação da Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irrevogável do débito, sem que isso implique em novação da transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Belo Jardim - PE / 19/05/2014

Prefeitura Municipal de Belo Jardim
João Mendonça Bezerra Jataá

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim
Sílvia Renata Nascimento Bezerra

Testemunhas:

Francielma Soares de Araújo Silva
Assistente Técnico
CPF: 058.479.294-80
RG: 7.086.843 SDS PE

Amare Cristina Ramos Alves da Silva
Gerente de Benefícios e Previdência
CPF: 085.370.334-56
RG: 7.782.181 SDS PE



DECLARAÇÃO

João Mendonça Bezerra Jatobá, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 02085/2013, firmado entre o/a Belo Jardim e o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim em 15/05/2014, publicado em ____/____/____ no

(X) mural
() jornal ____ - Edição nº ____ de ____/____/____
() Diário Oficial do ____ - Edição nº ____ de ____/____/____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Belo Jardim, 19/03/2014

João Mendonça Bezerra Jatobá
Prefeito

Documento Assinado Digitalmente por: ADELMO CORDEIRO DE LUCENA MONTEIRO
Acesse em: <https://ctc.ice.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 5d509aca-b3a6-44a5-9411-254520d541b9



AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM

Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários

Acordo CADPREV nº	02085/2013	Data	19/05/2014
Valor consolidado	338.559,86	Valor da prestação inicial	1.410,67
Número prestações	240	Vencimento 1ª prestação	10/06/2014
DEVEDOR			
Ente Federativo	Belo Jardim	CNPJ	10.260.222/0001-05
Representante Legal	João Mendonça Bezerra Jatobá	CPF	430.668.284-68
Conta para débito	Banco do Brasil	Agência nº	721-8
		Conta nº	5131-4
CREDOR			
Unidade Gestora	Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim	CNPJ	05.782.177/0001-00
Representante Legal	Sílvia Renata Nascimento Bezerra	CPF	030.631.174-71
Conta para crédito	Bradesco	Agência nº	2169-5
		Conta nº	17665-6

1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, cientifica o Banco do Brasil de que, segundo o estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento:

1.1 - das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;

1.2 - das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.

2. Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:

2.1 - Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação do acordo de parcelamento (item 1.1) ou 30 (trinta) dias do vencimento das contribuições não parceladas (item 1.2), sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente.

2.2 - Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora.

2.3 - Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, este será amortizado pelo saldo existente na conta, dando-se preferência aos valores de que tratam o item 1.1 e em seguida aos do item 1.2, e o resíduo será debitado na parcela subsequente de crédito do FPM.

2.4 - O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.

3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.

4. Esta autorização constitui parte integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

Belo Jardim/PE - 19/05/2014

ASSINATURAS

ENTE FEDERATIVO	
UNIDADE GESTORA	
BANCO DO BRASIL	

Romulo Elias Pereira da Silva
Gerente Geral UN
Matr. 8.748.499-4



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

CNPJ: 10.260.222/0001-05 Número do acordo: 02085/2013 Data de consolidação do Termo: 19/05/2014
Ente: Prefeitura Municipal de Belo Jardim / PE Data de assinatura do Termo: 19/05/2014
Título: PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS - FUNDO FINANCEIRO - NAF Nº 111/2011 Data de vencimento da 1ª: 10/06/2014
Lei autorizativa do parcelamento: Lei Municipal nº 2.039 de 28 de agosto de 2013

2. RESULTADO DA RUBRICA

Rubrica: Contribuição Patronal (240 meses) Quantidade de Parcelas: 240
Competência: Inicial: 01/2006 Final: 07/2009
Diferença apurada: 165.501,12 Diferença apurada atualizada: 338.559,86
Valor da parcela na data de consolidação: 1.410,67

Critérios de atualização para consolidação do débito:

Índice: IPCA Taxa de juros: 0,50 am Tipo de juros: Simples Multa:

Critérios de atualização das parcelas vincendas:

Índice: IPCA Taxa de juros: 0,50 am Tipo de juros: Simples

Critérios de atualização das parcelas vencidas:

Índice: IPCA Taxa de juros: 0,50 am Tipo de juros: Simples Multa: 2,00 %





DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA

COMPETÊNCIA	DIFERENÇA APURADA	ÍNDICE(%) VARIAÇÃO(%)	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.(%)	JUROS	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA
01/2006	-178,98	0,59	53,88	-96,43	49,50	-136,33	-411,74
02/2006	-219,99	0,41	53,25	-117,14	49,00	-165,19	-502,32
03/2006	-219,99	0,43	52,60	-115,71	48,50	-162,81	-498,51
04/2006	475,49	0,21	52,28	248,59	48,00	347,56	1.071,64
05/2006	-208,93	0,10	52,12	-108,89	47,50	-150,96	-468,78
06/2006	-178,95	-0,21	52,44	-93,84	47,00	-128,21	-401,00
07/2006	-175,02	0,19	52,16	-91,29	46,50	-123,83	-390,14
08/2006	-178,98	0,05	52,08	-93,21	46,00	-125,21	-397,40
09/2006	-183,80	0,21	51,76	-95,13	45,50	-126,91	-405,84
10/2006	34.329,03	0,33	51,26	17.597,06	45,00	23.366,74	75.292,83
11/2006	34.733,93	0,31	50,79	17.641,36	44,50	23.307,00	75.682,29
12/2006	34.562,31	0,46	50,07	17.305,35	44,00	22.821,77	74.689,43
13/2006	35.182,72	0,48	50,07	17.615,99	44,00	23.231,43	76.030,14
01/2007	8.245,14	0,44	49,42	4.074,75	43,50	5.358,15	17.679,04
02/2007	-19.529,17	0,44	48,76	-9.522,42	43,00	-12.492,18	-41.543,77
03/2007	-1.985,58	0,37	48,21	-957,73	42,50	-1.251,33	-4.195,64
04/2007	-20.318,14	0,25	47,84	-9.720,20	42,00	-12.616,10	-42.654,44
05/2007	-20.040,14	0,28	47,43	-9.505,04	41,50	-12.261,25	-41.806,43
06/2007	-19.526,22	0,28	47,02	-9.181,23	41,00	-11.770,05	-40.477,50
07/2007	187.172,79	0,24	46,67	87.353,94	40,50	111.163,16	385.709,49
08/2007	-19.830,42	0,47	45,98	-9.118,03	40,00	-11.579,36	-40.527,83



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

08/2007	-21.133,35	0,18	45,72	-9.662,17	39,50	-12.164,23	-42.959,75
10/2007	-21.309,04	0,30	45,26	-9.648,73	39,00	-12.073,53	-43.031,30
11/2007	-21.552,40	0,38	44,73	-9.640,39	38,50	-12.009,22	-43.202,01
12/2007	-21.107,96	0,74	43,67	-9.217,65	38,00	-11.523,82	-41.849,65
13/2007	0,00	0,74	43,67	0,00	38,00	0,00	0,00
01/2008	-1.437,68	0,54	42,90	-616,65	37,50	-770,52	-2.825,25
02/2008	22.141,28	0,49	42,20	9.343,62	37,00	11.649,41	43.134,31
03/2008	-21.308,43	0,48	41,52	-8.847,26	36,50	-11.006,83	-41.162,52
04/2008	-22.491,11	0,55	40,75	-9.165,13	36,00	-11.396,25	-43.052,49
05/2008	-15.009,87	0,79	39,64	-5.949,91	35,50	-7.440,72	-28.400,50
06/2008	-22.660,07	0,74	38,62	-8.828,56	35,00	-11.091,02	-42.779,65
07/2008	-21.447,31	0,53	37,89	-8.126,39	34,50	-10.202,93	-39.776,63
08/2008	8.643,64	0,28	37,50	3.241,37	34,00	4.040,90	15.925,91
09/2008	-15.314,20	0,26	37,15	-5.689,23	33,50	-7.036,15	-28.039,58
10/2008	-17.216,35	0,45	36,53	-6.289,13	33,00	-7.756,81	-31.262,29
11/2008	12.957,32	0,36	36,04	4.669,82	32,50	5.728,82	23.355,96
12/2008	-17.325,13	0,28	35,66	-6.178,14	32,00	-7.521,05	-31.024,32
13/2008		0,26	35,66		32,00		
01/2009	19.928,77	0,48	35,01	6.977,06	31,50	8.475,34	35.381,17
02/2009		0,55	34,28		31,00		
03/2009	33.287,11	0,20	34,01	11.320,95	30,50	13.605,46	58.213,52
04/2009	19.831,22	0,46	33,37	6.617,68	30,00	7.934,67	34.383,57
05/2009	19.796,78	0,47	32,74	6.481,47	29,50	7.752,08	34.030,33
06/2009	12.701,57	0,36	32,27	4.098,80	29,00	4.872,11	21.672,48






Documento Assinado Digitalmente por: ADELMO CORDEIRO DE LUCENA MONTEIRO
Assessoria Jurídica: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 5d509aca-b3a6-44a5-9411-254520d541b9

Handwritten signature in blue ink

DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

07/2009	23.800,45	0,24	31,95	7.604,24	28,50	8.950,34	40.355,03
TOTAL:	165.501,12			75.515,62		97.543,12	338.559,86





DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

4. ASSINATURAS

ENTE: Prefeitura Municipal de Belo Jardim / PE - 10.260.222/0001-05

Representante Legal: 430.668.284-68 - João Mendonça Bezerra Jatobá

UNIDADE GESTORA: Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim - 05.762.177/0001-00

Representante Legal: 030.631.174-71 - Sílvia Renata Nascimento Bezerra

TESTEMUNHAS:

Nome: Francielma Soares de Araújo Silva

Cargo: Assistente Técnico

CPF: 058.479.294-80

Nome: Ariana Cristina Ramos Alves da Silva

Cargo: Gerente de Benefícios e Previdência

CPF: 085.370.334-56

Data: 19/01/14

Assinatura:

Data: 19/01/14

Assinatura:

VIGENTE

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02086/2013)**



Documento Assinado Digitalmente por: ADELMO CORDEIRO DE LUCENA MONTEIRO
Acesse em: <https://eic.ice.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 5d309ca-b3a6-4408-9411-25520d540109

DEVEDOR

Ente Federativo/UF:	Belo Jardim/PE	CNPJ:	10.260.222/0001-05
Endereço:	Rua Siqueira Campos, nº 20	CEP:	55150-000
Bairro:	Centro	Fax:	(081) 3726-8711
Telefone:	(081) 3726-8711		
E-mail:	silviabezerra@hotmail.com		
Representante legal:	João Mendonça Bezerra Jatobá	Complemento:	Prefeito Municipal
CPF:	430.668.284-68	Data início da gestão:	01/01/2013
Cargo:	Prefeito		
E-mail:	silviabezerra@hotmail.com		

CREDOR

Unidade Gestora:	Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim	CNPJ:	05.782.177/0001-00
Endereço:	Rua Quitéria Neves, nº 006	CEP:	55150-010
Bairro:	Centro	Fax:	(081) 3726-6370
Telefone:	(081) 3726-6370		
E-mail:	silviabezerra@hotmail.com		
Representante legal:	Silvia Renata Nascimento Bezerra	Complemento:	Diretora Presidente
CPF:	030.631.174-71	Data início da gestão:	01/01/2013
Cargo:	Gestor		
E-mail:	silviabezerra@hotmail.com		

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei Municipal nº 2.039 de 28 de agosto de 2013 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Belo Jardim da quantia de R\$ 627.136,55 (seiscentos e vinte e sete mil e cento e trinta e seis reais e cinquenta e cinco centavos), correspondentes aos valores de Contribuição dos Segurados devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 11/2011 a 12/2012, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Belo Jardim confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 627.136,55 (seiscentos e vinte e sete mil e cento e trinta e seis reais e cinquenta e cinco centavos), será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 10.452,28 (dez mil e quatrocentos e cinquenta e dois reais e vinte e oito centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 10.452,28 (dez mil e quatrocentos e cinquenta e dois reais e vinte e oito centavos), vencerá em 10/10/2013 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, conforme Lei nº 2.038 de 28/08/2013.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02086/2013)**



Documento Assinado Digitalmente por: ADELMO CORDEIRO DE LUCENA MONTEIRO
Assinado em: https://clicv.bv/cpp/validaDoc.seam Código do documento: 5d509aca-b3a6-44a0-9411-254520d541b9

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta - DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
- b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial extrajudicial, quaisquer das seguintes situações:

- a) a infração de qualquer das cláusulas do termo;
- b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas;
- c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de março de 2013, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados;
- d) a revogação da Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irrevogável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Belo Jardim - PE / 04/09/2013

Prefeitura Municipal de Belo Jardim
João Mendonça Bezerra Jatobá

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim
Sílvia Renata Nascimento Bezerra

Testemunhas:

Francielma de Araújo Silva
Assistente Técnico
CPF: 058.479.294-80
RG: 7.086.843 SDS PE

Angela Cristina Ramos Alves da Silva
Gerente de Benefícios e Previdência
CPF: 085.370.334-56
RG: 7.782.181 SDS PE



DECLARAÇÃO

João Mendonça Bezerra Jatobá, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débito Previdenciários nº 02086/2013, firmado entre o/a Belo Jardim e o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim em 04/09/2013, foi publicado em 04/09/2013 no

☒ mural

☐ jornal

☐ Diário Oficial do _____ - Edição nº _____ de _____ de _____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Belo Jardim, 04/09/2013

João Mendonça Bezerra Jatobá
Prefeito

Documento Assinado Digitalmente por: ADELMO CORDEIRO DE LUCENA MONTEIRO
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 5d509aca-b3a6-44a5-9411-254520d541b9

AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM

Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários

Acordo CADPREV nº	02086/2013	Data	04/09/2013
Valor consolidado	627.136,55	Valor da prestação inicial	10.452,28
Número prestações	60	Vencimento 1ª prestação	10/10/2013

DEVEDOR

Ente Federativo	Belo Jardim/PE	CNPJ	10.260.222/0001-05
Representante Legal	João Mendonça Bezerra Jatobá	CPF	430.668.284-68
Conta para débito	Banco do Brasil	Agência nº	721-8
		Conta nº	5131-4

CREDOR

Unidade Gestora	Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim	CNPJ	05.782.177/0001-00
Representante Legal	Silvia Renata Nascimento Bezerra	CPF	030.631.174-71
Conta para crédito	Banco do Brasil	Agência nº	2169-5
		Conta nº	17754-7

1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, identifica o Banco do Brasil de que, segundo estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento:

- 1.1 - das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;
- 1.2 - das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.

2. Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente e o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:

- 2.1 - Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação do acordo de parcelamento (item 1.1) ou 30 (trinta) dias do vencimento das contribuições não parceladas (item 1.2), sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente.
- 2.2 - Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora.
- 2.3 - Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, este será amortizado pelo saldo existente na conta, dando-se preferência aos valores de que tratam o item 1.1 e em seguida aos do item 1.2, e o resíduo será debitado na parcela subsequente de crédito do FPM.
- 2.4 - O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.

3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.

4. Esta autorização constitui para integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

Belo Jardim/PE - 04/09/2013

ASSINATURAS

ENTE FEDERATIVO		
UNIDADE GESTORA		
BANCO DO BRASIL (*)		FERNANDO Antônio T. Oliveira Gerente de Agência Matr. 3.214.306-5

(*) Identificar o responsável (nome, cargo e matrícula).



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

CNPJ: 10.260.222/0001-05
Ente: Prefeitura Municipal de Belo Jardim / PE
Título: PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS - FUNDO PREVIDENCIÁRIO - NAF Nº 041/2013
Lei autorizativa do parcelamento: Lei Municipal nº 2.039 de 28 de agosto de 2013

Número do acordo: 02086/2013

Data de consolidação do Termo: 04/09/2013
Data de assinatura do Termo: 04/09/2013
Data de vencimento da 1ª: 10/10/2013

2. RESULTADO DA RUBRICA

Rubrica: Contribuição dos Segurados

Competência: Inicial: 11/2011 Final: 13/2012 Quantidade de Parcelas: 60

Diferença apurada: 554.612,63 Diferença apurada atualizada: 627.136,55

Valor da parcela na data de consolidação: 10.452,28

Critérios de atualização para consolidação do débito:

Índice: IPCA Taxa de juros: 0,50 am Tipo de juros: Simples Multa:

Critérios de atualização das parcelas vincendas:

Índice: IPCA Taxa de juros: 0,50 am Tipo de juros: Simples

Critérios de atualização das parcelas vencidas:

Índice: IPCA Taxa de juros: 0,50 am Tipo de juros: Simples Multa: 2,00 %





DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA

COMPETÊNCIA	DIFERENÇA APURADA	ÍNDICE(%)	VARIACÃO(%)	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.(%)	JUROS	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA
11/2011	23.666,99	0,52	10,01	2.389,07	10,50	2.733,79		28.769,85
12/2011	24.410,27	0,50	9,47	2.311,65	10,00	2.672,19		29.394,11
13/2011	27.654,95	0,50	9,47	2.618,92	10,00	3.027,39		33.301,28
01/2012	20.133,76	0,56	9,86	1.783,85	9,50	2.082,17		23.999,78
02/2012	15.424,47	0,45	8,37	1.291,03	9,00	1.504,40		18.219,90
03/2012	19.307,33	0,21	6,14	1.571,62	8,50	1.774,71		22.853,66
04/2012	21.936,76	0,64	7,45	1.634,29	8,00	1.885,68		25.456,73
05/2012	20.442,10	0,36	7,07	1.445,26	7,50	1.641,55		23.528,91
06/2012	21.851,78	0,08	6,98	1.511,29	7,00	1.621,41		24.784,48
07/2012	0,00	0,43	6,53	0,00	6,50	0,00		0,00
08/2012	82.762,59	0,41	6,09	5.040,24	8,00	5.266,17		93.071,00
09/2012	78.168,38	0,57	5,49	4.346,34	5,50	4.593,31		88.108,03
10/2012	65.184,29	0,59	4,87	3.173,50	5,00	3.416,88		71.754,68
11/2012	83.838,41	0,60	4,25	3.554,83	4,50	3.923,69		91.116,73
12/2012	0,00	0,79	3,43	0,00	4,00	0,00		0,00
13/2012	49.250,55	0,79	3,43	1.689,29	4,00	2.037,59		52.977,43
TOTAL:	554.612,63			34.340,98		38.162,94		627.136,55





DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

4. ASSINATURAS

ENTE: Prefeitura Municipal de Belo Jardim / PE - 10.260.222/0001-05

Representante Legal: 430.668.284-88 - João Mendonça Bezerra Jatobá

UNIDADE GESTORA: Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim - 05.782.177/0001-00

Representante Legal: 030.631.174-71 - Silva Renata Nascimento Bezerra

TESTEMUNHAS:

Nome: Francielma de Araújo Silva

Cargo: Assilente Técnico

CPF: 058.479.294-80

Nome: Amara Cristina Ramos Alves da Silva

Cargo: Gerente de Benefícios e Previdência

CPF: 085.370.334-56

Data: 04/07/2013

Assinatura:

Data: 04/07/2013

Assinatura:

501010

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02087/2013)**



Documento Assinado Digitalmente por: ADELMO CORDEIRO DE LUCENA MONTEIRO
Acesse em: <https://cfc.ce.gov.br/cpf/validaDoc.seam> Código do documento: 5d5094e4-b3a6-44a0-9411-254520d541b9

DEVEDOR

Ente Federativo/UF: Belo Jardim/PE
Endereço: Rua Siqueira Campos, nº 20
Bairro: Centro
Telefone: (081) 3726-8711
E-mail: jgualberto@cespam.com.br
Representante legal: João Mendonça Bezerra Jatobá
CPF: 430.668.284-68
Cargo: Prefeito
E-mail: jgualberto@cespam.com.br

CNPJ: 10.260.222/0001-05
CEP: 55150-000
Fax: (081) 3726-8711

Complemento: Prefeito Municipal
Data início da gestão: 01/01/2013

CREDOR

Unidade Gestora: Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim
Endereço: Rua Quitéria Neves, nº 006
Bairro: Centro
Telefone: (081) 3726-6370
E-mail: jgualberto@cespam.com.br
Representante legal: Sílvia Renata Nascimento Bezerra
CPF: 030.631.174-71
Cargo: Gestor
E-mail: jgualberto@cespam.com.br

CNPJ: 05.782.177/0001-00
CEP: 55150-010
Fax: (081) 3726-6370

Complemento: Diretora Presidente
Data início da gestão: 01/01/2013

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei Municipal nº 2.039 de 28 de agosto de 2013 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Belo Jardim da quantia de R\$ 1.181.470,72 (um milhão e cento e oitenta e um mil e quatrocentos e setenta reais e setenta e dois centavos), correspondente aos valores de Contribuição Patronal (240 meses) devidos e não repassados ao regime próprio de previdência social dos servidores públicos, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Belo Jardim confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 1.181.470,72 (um milhão e cento e oitenta e um mil e quatrocentos e setenta reais e setenta e dois centavos), será pago em 240 (duzentos e quarenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 4.922,79 (quatro mil e novecentos e vinte e dois reais e setenta e nove centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 4.922,79 (quatro mil e novecentos e vinte e dois reais e setenta e nove centavos), vencerá em 10/10/2013 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios da Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, conforme Lei nº 2.039 de 28/08/2013.

Parágrafo primeiro - As parcelas vencidas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02087/2013)**



Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta: DA RETENÇÃO

O DEVEDOR autoriza que seja efetuada automaticamente a retenção no Fundo de Participação dos Municípios - FPM e o repasse ao CREDOR na Agência 721-8, Conta 5131-4, do Banco 001, do valor das parcelas estabelecidas na Cláusula Segunda, atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constitui-se em motivos para rescisão deste acordo, que ocorrerá independentemente de qualquer intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial:

- a) a infração de qualquer das cláusulas deste instrumento;
- b) a falta de pagamento de duas parcelas consecutivas ou não, ou a falta de recolhimento de qualquer das contribuições mensais correntes;
- c) a falta de recolhimento de quaisquer contribuições correntes mensais, incidente sobre a remuneração dos servidores efetivos.

A rescisão do presente acordo por descumprimento de quaisquer das cláusulas servirá para inscrição do débito em Dívida Ativa, no todo ou em parte.

A rescisão deste acordo implicará na atualização monetária sobre o saldo devedor de acordo com o caput da Cláusula Terceira até o mês da inscrição da dívida, sujeitando-se o DEVEDOR à sua cobrança judicial e ao pagamento de honorários advocatícios.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irrevogável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE


O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.


Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.


Belo Jardim - PE / 05/09/2013


Prefeitura Municipal de Belo Jardim
João Mendonça Bezerra Jatobá


Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim
Sílvia Renata Nascimento Bezerra

Testemunhas:


Francielma Soares de Araújo Silva
Assistente Técnico
CPF: 058.479.294-80
RG: 7.088.843 SDS PE


Amara Cristina Ramos Alves da Silva
Gerente de Benefícios e Previdência
CPF: 085.370.334-56
RG: 7.782.181 SDS PE



DECLARAÇÃO

João Mendonça Bezerra Jatobá, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários n° 02087/2013, firmado entre o/a Belo Jardim e o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim em 05/09/2013, publicado em 19/09/2013 no

☒ mural

☐ jornal

☐ Diário Oficial do

- Edição n°

de

- Edição n°

de

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Belo Jardim, 19/09/2013

João Mendonça Bezerra Jatobá
Prefeito



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

CPF: 10.260.322/0001-05
Número do acordo: 02087/2013
Emp: Prefeitura Municipal de Belo Jardim / RJ
Título: PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS - FUNDO PREVIDENCIÁRIO
Lei autorizativa do parcelamento: Lei Municipal nº 2.639 de 26 de agosto de 2013

Data de consolidação do Termo: 05/04/2013
Data de assinatura do Termo: 05/09/2013
Data de vencimento da 1ª: 10/10/2013

2. RESULTADO DA RUBRICA

Rubrica: Contribuição Patronal (240 meses)

Competência: Inicial: 07/2007 Final: 12/2012 Quantidade de Parcelas: 240
Diferença apurada: 1.639.293,58 Diferença apurada atualizada: 1.181.470,72

Valor da parcela na data de consolidação: 4.922,79

Critérios de atualização para consolidação do débito:

Índice:	IPCA	Taxa de juros:	0,50 ani	Tipo de juros:	Simplex	Multa:	
Critérios de atualização das parcelas vincendas:							
Índice:	IPCA	Taxa de juros:	0,50 ani	Tipo de juros:	Simplex		
Critérios de atualização das parcelas vencidas:							
Índice:	IPCA	Taxa de juros:	0,50 ani	Tipo de juros:	Simplex	Multa:	2,00 %



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

LANÇAMENTOS DA RUBRICA

COMPETÊNCIA	DIFERENÇA APURADA	ÍNDICE(%)	VARIAÇÃO(%)	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.(%)	JUROS	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA
07/2007	3.149,94	0,24	38,25	1.251,70	36,50	1.620,87		6.021,91
08/2007		0,47	38,69		36,00			
09/2007		0,10	38,35		35,50			
10/2007		0,30	37,93		36,00			
11/2007		0,38	37,41		34,50			
12/2007		0,74	36,40		34,00			
01/2008		0,74	36,40		34,00			
01/2008		0,54	35,67		33,50			
02/2008		0,49	35,01		33,00			
03/2008		0,45	34,26		32,50			
04/2008		0,55	33,50		32,00			
05/2008		0,79	32,56		31,50			
06/2008		0,74	31,81		31,00			
07/2008		0,53	30,91		30,50			
08/2008		0,20	30,55		30,00			
09/2008		0,20	30,21		29,50			
10/2008		0,40	29,62		29,00			
11/2008		0,30	29,16		28,50			
12/2008		0,20	28,80		28,00			
01/2009	11.388,46	0,28	28,50	1.288,18	28,00	4.107,40		18.773,11
01/2009		0,48	28,13		27,50			

19/09/13 09:07 v1

(Sfzenc)
Franz
10/09



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

02/2009		0,95	27,46		27,00		
03/2009		0,20	27,23		26,50		
04/2009		0,68	26,62		26,00		
05/2009		0,47	26,03		25,50		
06/2009	12.382,35	0,26	25,58	3.189,06	25,00	3.893,68	19.452,89
07/2009		0,24	25,25		24,50		
08/2009		0,15	25,09		24,38		
09/2009		0,24	24,75		23,50		
10/2009		0,28	24,44		23,00		
11/2009		0,41	23,03		22,50		
12/2009		0,37	23,67		22,00		
13/2009		0,37	23,67		22,00		
01/2011		0,83	15,63		15,50		
02/2011		0,80	14,71		15,00		
03/2011		0,79	13,81		14,50		
04/2011		0,77	12,34		14,00		
05/2011		0,47	12,41		13,50		
06/2011		0,15	12,24		13,00		
07/2011		0,16	12,06		12,50		
08/2011		0,37	11,65		12,00		
09/2011	-14.178,91	0,53	11,06	-1.958,19	11,50	-1.810,92	-17.558,02
10/2011		0,43	10,50		11,00		
11/2011	33.962,38	0,52	10,01	3.399,62	10,50	3.923,00	41.284,90
12/2011	34.768,89	0,50	8,47	3.282,42	10,00	3.805,03	41.895,23

Handwritten signatures and initials:
H. J. J. J.
F. J. J. J.
J. J. J. J.



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

13/2011	38.329,63	0,50	9,47	3.629,82	10,00	4.186,95	46.155,40
01/2012	46.301,14	0,56	8,96	4.107,00	9,50	4.794,51	56.263,27
02/2012	38.519,83	0,46	8,37	2.973,01	8,00	3.464,30	41.957,20
03/2012	36.697,16	0,21	8,14	2.987,21	8,50	3.373,24	43.098,41
04/2012	37.290,42	0,64	7,46	2.777,84	8,00	3.255,14	45.209,40
05/2012	37.204,69	0,36	7,07	2.830,37	7,50	2.987,03	42.932,69
06/2012	38.347,86	0,08	6,98	2.875,09	7,00	2.871,73	43.890,40
07/2012	1,40	0,43	6,53	6,09	6,00	6,10	1,59
08/2012	126.259,37	0,41	6,08	7.689,20	6,00	8.035,91	141.905,48
09/2012	118.152,87	0,57	5,49	6.485,58	5,50	6.855,16	131.694,41
10/2012	107.900,68	0,58	4,87	6.259,56	5,00	5.902,80	118.921,57
11/2012	127.536,16	0,69	4,25	5.420,37	4,50	5.981,13	138.941,00
12/2012	100.186,40	0,79	3,43	5.710,79	4,00	4.675,89	116.373,08
13/2012	99.887,79	0,79	3,43	5.426,15	4,00	4.132,56	107.446,50
TOTAL:	1.039.250,56	-		98.600,95		75.576,21	1.181.470,72

15/12/2012
Francisco
Vitor



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

SINATURAS

ENTE: Prefeitura Municipal de Belo Jardim / PE - 10.200.222/0001-05
Representante Legal: 430.988.264-00 - João Mendonça Bezerra Jurek
UNIDADE GESTORA: Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim - 05.702.177/0001-00
Representante Legal: 030.651.174-71 - Sônia Renata Nascimento Bezerra

Data: 19/09/2013

Assinatura:

Data: 19/09/2013

Assinatura:

TESTEMUNHAS:

Nome: Francisca Soares de Araújo Silva
Cargo: Assessoria Técnica
CPF: 058.479.294-00

Nome: Adilson Cristiano Ramos Almeida Silva
Cargo: Gerente de Benefícios e Previdência
CPF: 085.370.334-00



AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM					
Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários					
Acordo CADPREV nº	2087	Data	05/09/2013		
Valor consolidado	R\$ 1.181.470,72	Valor da prestação inicial	R\$ 4.922,79		
Número prestações	240	Vencimento 1ª prestação	10/10/2013		
DEVEDOR					
Ente Federativo	Prefeitura Municipal	CNPJ	10.260.222/0001-05		
Representante Legal	João Mendonça Bezerra Jatobá	CPF	430.668.284 - 68		
Conta para débito	FPM	Agência nº	721 - 8	Conta nº	5131 - 4
CREDOR					
Unidade Gestora	Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim	CNPJ	05.782.177/0001 - 00		
Representante Legal	Sílvia Renata Nascimento Bezerra	CPF	030.631.174 - 71		
Conta para crédito	Conta Movimento Fundo Previdenciário	Agência nº	2169 - 5	Conta nº	17.754 - 7

1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, cientifica o Banco do Brasil de que, segundo o estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento:

1.1 - das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;

1.2 - das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.

2. Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:

2.1 - Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação do acordo de parcelamento (item 1.1) ou 30 (trinta) dias do vencimento das contribuições não parceladas (item 1.2), sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente.

2.2 - Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora.

2.3 - Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, este será amortizado pelo saldo existente na conta, dando-se preferência aos valores de que tratam o item 1.1 e em seguida aos do item 1.2, e o resíduo será debitado na parcela subsequente de crédito do FPM.

2.4 - O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.

3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.

4. Esta autorização constitui parte integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

BELO JARDIM, 05 DE SETEMBRO DE 2013

ASSINATURAS

ENTE FEDERATIVO	
UNIDADE GESTORA	
BANCO DO BRASIL	

FERNANDO ANTÔNIO T. CAVALCANTI
Gerente de A.
Mód. 1.1

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV N° 02088/2013)**

VIGENTE



DEVEDOR

Ente Federativo/UF: Belo Jardim/PE
Endereço: Rua Siqueira Campos, nº 20
Bairro: Centro
Telefone: (081) 3726-8711
E-mail: silviabezerra@hotmail.com
Representante legal: João Mendonça Bezerra Jatobá
CPF: 430.668.284-68
Cargo: Prefeito
E-mail: silviabezerra@hotmail.com

CNPJ: 10.260.222/0001-05
CEP: 55150-000
Fax: (081) 3726-8711

Complemento: Prefeito Municipal
Data início da gestão: 01/01/2013

CREDOR

Unidade Gestora: Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim
Endereço: Rua Quitéria Neves, nº 006
Bairro: Centro
Telefone: (081) 3726-6370
E-mail: silviabezerra@hotmail.com
Representante legal: Silvia Renata Nascimento Bezerra
CPF: 030.631.174-71
Cargo: Gestor
E-mail: silviabezerra@hotmail.com

CNPJ: 05.782.177/0001-00
CEP: 55150-010
Fax: (081) 3726-6370

Complemento: Diretora Presidente
Data início da gestão: 01/01/2013

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei Municipal nº 2.039 de 28 de agosto de 2013 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Belo Jardim da quantia de R\$ 3.198.934,09 (três milhões e cento e noventa e oito mil e novecentos e trinta e quatro reais e nove centavos), correspondentes aos valores de Utilização Indevida de recursos devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 09/2012 a 12/2012, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Belo Jardim confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 3.198.934,09 (três milhões e cento e noventa e oito mil e novecentos e trinta e quatro reais e nove centavos), será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 53.315,57 (cinquenta e três mil e trezentos e quinze reais e cinquenta e sete centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 53.315,57 (cinquenta e três mil e trezentos e quinze reais e cinquenta e sete centavos), vencerá em 10/10/2013 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, conforme Lei nº 2.039 de 28/08/2013.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 02088/2013)**



desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta - DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
 - b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na forma da legislação do ente.
- A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações:

- a) a infração de qualquer das cláusulas do termo;
- b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas;
- c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de março de 2013, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados;
- d) a revogação da Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irrevogável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Belo Jardim - PE / 06/09/2013

Prefeitura Municipal de Belo Jardim

João Mendonça Bezerra Jacobá

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim

Sílvia Renata Nascimento Bezerra

Testemunhas:

Francielma Soares de Araújo Silva

Assistente Técnico

CPF: 058.479.294-80

RG: 7.086.843 SDS PE

Amara Cristina Ramos Alves da Silva

Gerente de Benefícios e Previdência

CPF: 085.370.334-58

RG: 7.782.181 SDS PE



DECLARAÇÃO

João Mendonça Bezerra Jatobá, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 02088/2013, firmado entre o/a Belo Jardim e o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim em 06/09/2013, publicado em 06/09/2013 no

☒ mural
() jornal _____ - Edição nº _____, de _____
() Diário Oficial do _____ - Edição nº _____, de _____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Belo Jardim, 06/09/2013

João Mendonça Bezerra Jatobá
Prefeito

AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM

Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários

Acordo CADPREV nº	02088/2013	Data	06/09/2013
Valor consolidado	3.198.934,09	Valor da prestação inicial	53.315,57
Número prestações	60	Vencimento 1ª prestação	10/10/2013

DEVEDOR

Ente Federativo	Belo Jardim/PE	CNPJ	10.260.222/0001-05
Representante Legal	João Mendonça Bezerra Jatobá	CPF	430.668.284-68
Conta para débito	Banco do Brasil	Agência nº	721-8
		Conta nº	5131-4

CREDOR

Unidade Gestora	Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim	CNPJ	05.782.177/0001-00
Representante Legal	Sílvia Renata Nascimento Bezerra	CPF	030.631.174-71
Conta para crédito	Banco do Brasil	Agência nº	2169-5
		Conta nº	17754-7

1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, cientifica o Banco do Brasil de que, segundo estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM com a garantia de pagamento:

- 1.1 - das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;
- 1.2 - das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.

2. Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente e o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:


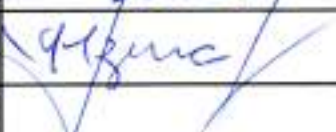

- 2.1 - Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação do acordo de parcelamento (item 1.1) ou 30 (trinta) dias do vencimento das contribuições não parceladas (item 1.2), sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente.
- 2.2 - Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora.
- 2.3 - Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, este será amortizado pelo saldo existente na conta, dando-se preferência aos valores de que tratam o item 1.1 e em seguida aos do item 1.2, e o resíduo será debitado na parcela subsequente de crédito do FPM.
- 2.4 - O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.

3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.

4. Esta autorização constitui para integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

Belo Jardim/PE - 06/09/2013

ASSINATURAS

ENTE FEDERATIVO	
UNIDADE GESTORA	
BANCO DO BRASIL (*)	
	FERNANDO Antônio T. Oliveira Gerente de Agência Mat. 3.214.305-5

(*) Identificar o responsável (nome, cargo e matrícula).

Documento Assinado Digitalmente por: ADELMO CORDEIRO DE LUCENA MONTEIRO
Acesse em: <http://ceicr.de-pe.gov.br/epv/validador.seam> Código do documento: 95509-446-9611-3645200-954109



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

CNPJ: 10.280.222/0001-05

Ente: Prefeitura Municipal de Belo Jardim / PE

Título: PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS - UTILIZAÇÃO INDEVIDA DE RECURSOS - NAF Nº 041/2013

Lei autorizativa do parcelamento: Lei Municipal nº 2.039 de 28 de agosto de 2013

Número do acordo: 02088/2013

Data de consolidação do Termo: 06/09/2013

Data de assinatura do Termo: 06/09/2013

Data de vencimento da 1ª: 10/10/2013

2. RESULTADO DA RUBRICA

Rubrica: Utilização indevida de recursos

Competência: Inicial: 09/2012 Final: 13/2012 Quantidade de Parcelas: 60

Diferença apurada: 2.932.898,57 Diferença apurada atualizada: 3.198.934,09

Valor da parcela na data de consolidação: 53.315,57

Critérios de atualização para consolidação do débito:

Índice: IPCA Taxa de juros: 0,50 am Tipo de juros: Simples Multa:

Critérios de atualização das parcelas vincendas:

Índice: IPCA Taxa de juros: 0,50 am Tipo de juros: Simples

Critérios de atualização das parcelas vencidas:

Índice: IPCA Taxa de juros: 0,50 am Tipo de juros: Simples Multa: 2,00 %

3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA

COMPETÊNCIA	DIFERENÇA APURADA	ÍNDICE(%)	VARIACÃO(%)	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.(%)	JUROS	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA
09/2012	569.768,18	0,57	5,49	31.280,27	5,50	33.057,56		634.106,11
10/2012	577.746,12	0,59	4,87	28.136,24	5,00	30.294,12		636.176,48
11/2012	594.129,32	0,60	4,25	25.250,50	4,50	27.872,09		647.251,91
12/2012	1.191.254,95	0,79	3,43	40.860,04	4,00	49.284,60		1.281.399,59
13/2012		0,79	3,43		4,00			
TOTAL:	2.932.898,57			125.527,05		140.508,47		3.198.934,09



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

4. ASSINATURAS

ENTE: Prefeitura Municipal de Belo Jardim / PE - 10.260.222/0001-05

Representante Legal: 430.868.294-68 - João Mendonça Bezerra Jatobá

UNIDADE GESTORA: Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim - 05.782.177/0001-00

Representante Legal: 030.531.174-71 - Sílvia Renata Nascimento Bezerra

TESTEMUNHAS:

Nome: Francielma Soares de Araújo Silva

Cargo: Assistente Técnico

CPF: 058.479.294-80

Nome: Amara Cristina Ramos Alves da Silva

Cargo: Gerente de Benefícios e Previdência

CPF: 065.370.334-56

Data: 06/01/2013

Assinatura:

Data: 06/01/2013

Assinatura:

VIGENTE

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00453/2014)**



DEVEDOR

Ente Federativo/UF: Belo Jardim/PE
Endereço: Rua Siqueira Campos, nº 20
Bairro: Centro
Telefone: (081) 3726-8711
E-mail: silviabezerra@hotmail.com
Representante legal: João Mendonça Bezerra Jatobá
CPF: 430.668.264-68
Cargo: Prefeito
E-mail: silviabezerra@hotmail.com

CNPJ: 10.260.222/0001-05
CEP: 55150-000
Fax: (081) 3726-8711

Complemento: Prefeito Municipal
Data início da gestão: 01/01/2013

CREDOR

Unidade Gestora: Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim
Endereço: Rua Quitéria Neves, nº 006
Bairro: Centro
Telefone: (081) 3726-6370
E-mail: silviabezerra@hotmail.com
Representante legal: Sílvia Renata Nascimento Bezerra
CPF: 030.631.174-71
Cargo: Gestor
E-mail: silviabezerra@hotmail.com

CNPJ: 05.782.177/0001-00
CEP: 55150-010
Fax: (081) 3726-6370

Complemento: Diretora Presidente
Data início da gestão: 01/01/2013

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei Municipal nº 2.039 de 28 de agosto de 2013 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Belo Jardim da quantia de R\$ 50.641,68 (cinquenta mil e seiscentos e quarenta e um reais e sessenta e oito centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal (2% do salário de contribuição) devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 07/2007 a 07/2013, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Belo Jardim confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 50.641,68 (cinquenta mil e seiscentos e quarenta e um reais e sessenta e oito centavos), será pago em 240 (duzentos e quarenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 211,01 (duzentos e onze reais e um centavo) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 211,01 (duzentos e onze reais e um centavo), vencerá em 10/06/2014 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, conforme Lei nº Lei Municipal nº 2.039 de 28 de agosto de 2013.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00453/2014)**



Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
 - b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na forma da legislação do ente.
- A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações:

- a) a infração de qualquer das cláusulas do termo;
- b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas;
- c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de março de 2013, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados;
- d) a revogação da Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irrevogável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Belo Jardim - PE / 19/05/2014

Prefeitura Municipal de Belo Jardim
João Mendonça Bezerra Jacobá

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim
Sílvia Renata Nascimento Bezerra

Testemunhas:

Francielma Soares de Araújo Silva
Diretora Administrativo Financeira
CPF: 058.479.294-80
RG: 7088843 SDS PE

Adriana Cristina Ramos Alves da Silva
Gerente de Benefícios e Previdência
CPF: 085.370.334-56
RG: 7782181 SDS PE



DECLARAÇÃO

João Mendonça Bezerra Jatobá, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 00453/2014, firmado entre o/a Belo Jardim e o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim em 19/05/2014, publicado em ____/____/____ no

(X) mural
() jornal ____ - Edição nº ____ de ____/____/____
() Diário Oficial do ____ - Edição nº ____ de ____/____/____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Belo Jardim, 19/05/2014

João Mendonça Bezerra Jatobá
Prefeito

Documento Assinado Digitalmente por: ADELMO CORDEIRO DE LUCENA MONTEIRO
Acesse em: <https://ctce.tec.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 5d509aca-b3a6-44a5-9411-254520d541b9



AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM

Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários

Acordo CADPREV nº	00453/2014	Data	19/05/2014
Valor consolidado	50.641,68	Valor da prestação inicial	211,01
Número prestações	240	Vencimento 1ª prestação	10/06/2014
DEVEDOR			
Ente Federativo	Belo Jardim	CNPJ	10.260.222/0001-05
Representante Legal	João Mendonça Bezerra Jatobá	CPF	430.668.284-68
Conta para débito	Banco do Brasil	Agência nº	721-8
		Conta nº	5131-4
CREDOR			
Unidade Gestora	Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim	CNPJ	05.782.177/0001-00
Representante Legal	Sílvia Renata Nascimento Bezerra	CPF	030.631.174-71
Conta para crédito	Bradesco	Agência nº	2169-5
		Conta nº	17754-7

1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, identifica o Banco do Brasil de que, segundo o estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento:

1.1 - das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;

1.2 - das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.

2. Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:

2.1 - Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação do acordo de parcelamento (item 1.1) ou 30 (trinta) dias do vencimento das contribuições não parceladas (item 1.2), sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente.

2.2 - Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora.

2.3 - Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, este será amortizado pelo saldo existente na conta, dando-se preferência aos valores de que tratam o item 1.1 e em seguida aos do item 1.2, e o resíduo será debitado na parcela subsequente de crédito do FPM.

2.4 - O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.

3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.

4. Esta autorização constitui parte integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

Belo Jardim/PE - 19/05/2014

ASSINATURAS

ENTE FEDERATIVO

UNIDADE GESTORA

BANCO DO BRASIL

Romulo Dias Pereira da Silva
Gerente Geral UN
Matr. 8.748.498-4



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

CNPJ: 10.260.222/0001-05
Ente: Prefeitura Municipal de Belo Jardim / PE
Número do acordo: 00453/2014
Data de consolidação do Termo: 19/05/2014
Título: PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS - FUNDO PREVIDENCIÁRIO - NAF Nº 111/2011
Data de assinatura do Termo: 19/05/2014
Lei autorizativa do parcelamento: Lei Municipal nº 2.039 de 28 de agosto de 2013
Data de vencimento da 1ª: 10/06/2014

2. RESULTADO DA RUBRICA

Rubrica: Contribuição Patronal (240 meses)
Competência: Inicial: 07/2007 Final: 07/2009 Quantidade de Parcelas: 240
Diferença apurada: 28.347,75 Diferença apurada atualizada: 50.641,68
Valor da parcela na data de consolidação: 211,01

Critérios de atualização para consolidação do débito:

Índice:	IPCA	Taxa de juros:	0,50 am	Tipo de juros:	Simplex	Multa:
---------	------	----------------	---------	----------------	---------	--------

Critérios de atualização das parcelas vincendas:

Índice:	IPCA	Taxa de juros:	0,50 am	Tipo de juros:	Simplex
---------	------	----------------	---------	----------------	---------

Critérios de atualização das parcelas vencidas:

Índice:	IPCA	Taxa de juros:	0,50 am	Tipo de juros:	Simplex	Multa:	2,00 %
---------	------	----------------	---------	----------------	---------	--------	--------





DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA

COMPETÊNCIA	DIFERENÇA APURADA	ÍNDICE(%) VARIACÃO(%)	ATUALIZAÇÃO JUROS PERC.(%)	JUROS	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA
07/2007	4.565,94	0,24	46,67	2.712,23		9.409,09
08/2007		0,47	45,98			
09/2007		0,18	45,72			
10/2007		0,30	45,28			
11/2007		0,38	44,73			
12/2007		0,74	43,67			
13/2007		0,74	43,67			
01/2008		0,54	42,90			
02/2008		0,49	42,20			
03/2008		0,48	41,52			
04/2008		0,55	40,75			
05/2008		0,79	39,64			
06/2008		0,74	38,62			
07/2008		0,53	37,89			
08/2008		0,28	37,50			
09/2008		0,26	37,15			
10/2008		0,45	36,53			
11/2008		0,36	36,04			
12/2008		0,28	35,66			
13/2008	0,00	0,28	35,66	0,00		
01/2009	11.389,46	0,48	35,01	4.838,73		20.220,64

0,00

20.220,64



Documento Assinado Digitalmente por: ADELMO CORDEIRO DE LUCENA MONTEIRO
Assinatura: 5d509aca-b3a6-44a5-9411-254520d541b9

[Handwritten signature]

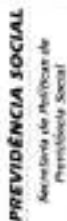
02/09/14 08:52 v1.1



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

02/2009	0,55	34,28	31,00			
03/2009	0,20	34,01	30,50			
04/2009	0,48	33,37	30,00			
05/2009	0,47	32,74	29,50			
06/2009	0,00	32,27	29,00	0,00	0,00	0,00
07/2009	12,382,35	31,95	28,50	4,860,24	21,011,95	
TOTAL:	28,347,75	10,077,73	12,216,20		50,641,68	

[Handwritten signature]



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

4. ASSINATURAS

ENTE: Prefeitura Municipal de Belo Jardim / PE - 10.260.222/0001-05

Representante Legal: 430.668.284-68 - João Mendonça Bezerra Jalcobá

UNIDADE GESTORA: Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim - 05.782.177/0001-00

Representante Legal: 030.631.174-71 - Sílvia Renata Nascimento Bezerra

TESTEMUNHAS:

Nome: Francielma Soares de Araújo Silva

Cargo: Diretora Administrativo Financeira

CPF: 058.479.294-80

Nome: Amara-Cristina Ramos Alves da Silva

Cargo: Gerente de Benefícios e Previdência

CPF: 065.370.334-56

Data: 17/02/14

Assinatura:

Data: 17/02/14

Assinatura:

VIGENTE

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00454/2014)**



Documento Assinado Digitalmente por: ADELMO CORDEIRO DE LUCENA MONTEIRO
Acesse em: <https://cfe.ce.gov.br/epv/validaDoc.seam?codigo=54509&ca=33a6-44a5-9611-224520654109>

DEVEDOR

Ente Federativo/UF:	Belo Jardim/PE	CNPJ:	10.260.222/0001-05
Endereço:	Rua Siqueira Campos, nº 20	CEP:	55150-000
Bairro:	Centro	Fax:	(081) 3726-8711
Telefone:	(081) 3726-8711		
E-mail:	silviabezerra@hotmail.com		
Representante legal:	João Mendonça Bezerra Jatobá	Complemento:	Prefeito Municipal
CPF:	430.668.284-68	Data início da gestão:	01/01/2013
Cargo:	Prefeito		
E-mail:	silviabezerra@hotmail.com		

CREDOR

Unidade Gestora:	Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim	CNPJ:	05.782.177/0001-00
Endereço:	Rua Quitéria Neves, nº 006	CEP:	55150-010
Bairro:	Centro	Fax:	(081) 3726-6370
Telefone:	(081) 3726-6370		
E-mail:	silviabezerra@hotmail.com		
Representante legal:	Silvia Renata Nascimento Bezerra	Complemento:	Diretora Presidente
CPF:	030.631.174-71	Data início da gestão:	01/01/2013
Cargo:	Gestor		
E-mail:	silviabezerra@hotmail.com		

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei Municipal nº 2.039 de 28 de agosto de 2013 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Belo Jardim da quantia de R\$ 134.950,97 (cento e trinta e quatro mil e novecentos e cinquenta reais e noventa e sete centavos), correspondentes aos valores de Contribuição dos Segurados devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 07/2009 a 07/2009, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Belo Jardim confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 134.950,97 (cento e trinta e quatro mil e novecentos e cinquenta reais e noventa e sete centavos), será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 2.249,18 (dois mil e duzentos e quarenta e nove reais e dezoito centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 2.249,18 (dois mil e duzentos e quarenta e nove reais e dezoito centavos), vencerá em 10/06/2014 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, conforme Lei nº Lei Municipal nº 2.039 de 28 de agosto de 2013.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00454/2014)**



Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero virgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
- b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas na forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações:

- a) a infração de qualquer das cláusulas do termo;
- b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas;
- c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de março de 2013, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados;
- d) a revogação da Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretroatável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.


Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.


Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.


Belo Jardim - PE / 19/05/2014


Prefeito Municipal de Belo Jardim
João Mendonça Bezerra Jatobá


Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim
Silvia Renata Nascimento Bezerra

Testemunhas:


Francielma de Araújo Silva
Gerente Administrativo Financeiro
CPF: 058.479.294-80
RG: 7086843 SDS PE


Amara Cristina Ramos Alves da Silva
Gerente de Benefícios e Previdência
CPF: 085.370.334-58
RG: 7782181 SDS PE

Documento Assinado Digitalmente por: ADELAIR CORDEIRO DE LUCENA MONTEIRO
Assinse em: https://eccc.icp.br/pe.gov.br/cpp/validarDoc.seam Código do documento: 5d509aca-b3a6-44a5-9d11-254520d541b9



DECLARAÇÃO

João Mendonça Bezerra Jatobá, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 00454/2014, firmado entre o/a Belo Jardim e o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim em 19/05/2014, foi publicado em ____/____/____ no

(X) mural

() jornal

() Diário Oficial do ____ - Edição nº ____ de ____/____/____

() Diário Oficial do ____ - Edição nº ____ de ____/____/____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Belo Jardim, 19/05/14

João Mendonça Bezerra Jatobá
Prefeito

Documento Assinado Digitalmente por: ADELMO CORDEIRO DE LUCENA MONTEIRO
Acesse em: <https://etce.tce-pe.gov.br/pp/validaDoc.seam> Código do documento: 5d509aca-b3a6-44a5-9411-254520d541b9



AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM

Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários

Acordo CADPREV nº	00454/2014	Data	19/05/2014
Valor consolidado	134.950,97	Valor da prestação inicial	2.249,18
Número prestações	60	Vencimento 1ª prestação	10/06/2014

DEVEDOR

Ente Federativo	Belo Jardim	CNPJ	10.260.222/0001-05
Representante Legal	João Mendonça Bezerra Jatobá	CPF	430.668.284-68
Conta para débito	Banco do Brasil	Agência nº	721-8
		Conta nº	5131-4

CREDOR

Unidade Gestora	Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim	CNPJ	05.782.177/0001-00
Representante Legal	Silvia Renata Nascimento Bezerra	CPF	030.631.174-71
Conta para crédito	Bradesco	Agência nº	2169-5
		Conta nº	17754-7

1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, cientifica o Banco do Brasil de que, segundo o estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento:

1.1 - das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;

1.2 - das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.

2. Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:

2.1 - Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação do acordo de parcelamento (item 1.1) ou 30 (trinta) dias do vencimento das contribuições não parceladas (item 1.2), sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente.

2.2 - Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora.

2.3 - Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, este será amortizado pelo saldo existente na conta, dando-se preferência aos valores de que tratam o item 1.1 e em seguida aos do item 1.2, e o resíduo será debitado na parcela subsequente de crédito do FPM.

2.4 - O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.

3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.

4. Esta autorização constitui parte integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

Belo Jardim/PE - 19/05/2014

ASSINATURAS

ENTE FEDERATIVO

UNIDADE GESTORA

BANCO DO BRASIL

Romulo Dias Pereira da Silva
Gerente Geral UN
Matr. 87483499-4



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

CNPJ: 10.260.222/0001-05
Ente: Prefeitura Municipal de Belo Jardim / PE
Título: PARCELAMENTO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS - FUNDO PREV - NAF Nº 111/2011
Lei autorizativa do parcelamento: Lei Municipal nº 2.039 de 28 de agosto de 2013

Numero do acordo: 00454/2014
Data de consolidação do Termo: 19/05/2014
Data de assinatura do Termo: 19/05/2014
Data de vencimento da 1ª: 10/05/2014

2. RESULTADO DA RUBRICA

Rubrica: Contribuição dos Segurados

Competência: Inicial: 07/2007 Final: 07/2009 Quantidade de Parcelas: 60

Diferença apurada: 75.638,44 Diferença apurada atualizada: 134.950,97

Valor da parcela na data de consolidação: 2.249,18

Critérios de atualização para consolidação do débito:

Índice: IPCA Taxa de juros: 0,50 am Tipo de juros: Simples Multa:

Critérios de atualização das parcelas vencidas:

Índice: IPCA Taxa de juros: 0,50 am Tipo de juros: Simples

Critérios de atualização das parcelas vencidas:

Índice: IPCA Taxa de juros: 0,50 am Tipo de juros: Simples Multa: 2,00 %



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA

COMPETÊNCIA	DIFERENÇA APURADA	ÍNDICE(%)	VARIACÃO(%)	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.(%)	JUROS	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA
07/2007	1.905,80	0,24	46,67	889,44	40,50	1.132,07		3.927,31
08/2007		0,47	45,98		40,00			
09/2007		0,18	45,72		39,50			
10/2007		0,30	45,28		39,00			
11/2007		0,38	44,73		38,50			
12/2007		0,74	43,67		38,00			
13/2007		0,74	43,67		38,00			
01/2008		0,54	42,90		37,50			
02/2008		0,49	42,20		37,00			
03/2008		0,48	41,52		36,50			
04/2008		0,55	40,75		36,00			
05/2008		0,79	39,64		35,50			
06/2008		0,74	38,62		35,00			
07/2008		0,53	37,89		34,50			
08/2008	8.238,91	0,28	37,50	3.089,59	34,00	3.851,69		15.180,19
09/2008	8.188,50	0,26	37,15	3.042,03	33,50	3.762,23		14.992,76
10/2008	8.188,50	0,45	36,53	2.991,26	33,00	3.689,32		14.869,08
11/2008	8.188,50	0,36	36,04	2.951,14	32,50	3.620,38		14.760,02
12/2008	8.188,50	0,28	35,66	2.920,02	32,00	3.554,73		14.663,25
13/2008	8.188,50	0,28	35,66	2.920,02	32,00	3.554,73		14.663,25
01/2009		0,48	35,01		31,50			





DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

02/2009	0,55	34,28	31,00				
03/2009	0,20	34,01	30,50				
04/2009	0,48	33,37	30,00	0,00			0,00
05/2009	7.820,85	32,74	29,50	2.560,55	3.052,51		13.443,91
06/2009	7.820,85	32,27	29,00	2.523,79	2.999,95		13.344,59
07/2009	8.509,53	31,95	28,50	2.846,59	3.350,49		15.106,61
TOTAL:	75.638,44	26.734,43			32.578,10		134.950,97

AR
encrep



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

4. ASSINATURAS

ENTE: Prefeitura Municipal de Belo Jardim / PE - 10.260.222/0001-05

Representante Legal: 430.668.284-68 - João Mendonça Bazarra Jatobá

UNIDADE GESTORA: Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim - 05.782.177/0001-00

Representante Legal: 030.631.174-71 - Silvia Renata Nascimento Bazarra

TESTEMUNHAS:

Nome: Francisca de Araújo Silva

Cargo: Gerente Administrativo Financeiro

CPF: 058.479.294-80

Nome: Auliana Crisina Ramos Alves da Silva

Cargo: Gerente de Benefícios e Previdência

CPF: 065.370.334-66

Data: 09/09/14

Assinatura:

Data: 09/09/14

Assinatura:

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00455/2014)**



Documento Assinado Digitalmente por: ADELMO CORDEIRO DE LUCENA MONTEIRO
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 54509aca-b3a6-44a5-9411-254520d541b9

DEVEDOR

Ente Federativo/UF: Belo Jardim/PE
Endereço: Rua Siqueira Campos, nº 20
Bairro: Centro
Telefone: (081) 3726-8711
E-mail: silviabezerra@hotmail.com
Representante legal: João Mendonça Bezerra Jatobá
CPF: 430.668.284-68
Cargo: Prefeito
E-mail: silviabezerra@hotmail.com

CNPJ: 10.260.222/0001-05
CEP: 55150-000
Fax: (081) 3726-8711
Complemento: Prefeito Municipal
Data início da gestão: 01/01/2013

CREDOR

Unidade Gestora: Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim
Endereço: Rua Quitéria Neves, nº 006
Bairro: Centro
Telefone: (081) 3726-6370
E-mail: silviabezerra@hotmail.com
Representante legal: Sílvia Renata Nascimento Bezerra
CPF: 030.631.174-71
Cargo: Gestor
E-mail: silviabezerra@hotmail.com

CNPJ: 05.782.177/0001-00
CEP: 55150-010
Fax: (081) 3726-6370
Complemento: Diretora Presidente
Data início da gestão: 01/01/2013

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei nº Lei Municipal nº 2.039 de 28 de agosto de 2013 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Belo Jardim da quantia de R\$ 4.167.851,54 (quatro milhões e cento e sessenta e sete mil e oitocentos e cinquenta e um reais e cinquenta e quatro centavos), correspondentes aos valores de Utilização Indevida de recursos devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 12/2006 a 07/2009, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Belo Jardim confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela existência do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 4.167.851,54 (quatro milhões e cento e sessenta e sete mil e oitocentos e cinquenta e um reais e cinquenta e quatro centavos), será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 69.464,19 (sessenta e nove mil e quatrocentos e sessenta e quatro reais e dezenove centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 69.464,19 (sessenta e nove mil e quatrocentos e sessenta e quatro reais e dezenove centavos), vencerá em 10/06/2014 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, conforme Lei nº Lei Municipal nº 2.039 de 28 de agosto de 2013.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00455/2014)**



desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
- b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações:

- a) a infração de qualquer das cláusulas do termo;
- b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas;
- c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de março de 2013, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados;
- d) a revogação da Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irretroatável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Belo Jardim - PE / 19/05/2014

Prefeitura Municipal de Belo Jardim

João Mendonça Bezerra Jatobá

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim

Sílvia Renata Nascimento Bezerra

Testemunhas:

Francielma Soares de Araújo Silva

Diretora Administrativo Financeira

CPF: 058.479.294-80

RG: 7088843 SDS PE

Amara Cristina Ramos Alves da Silva

Gerente de Benefícios e Previdência

CPF: 085.370.334-56

RG: 7782181 SDS PE

Documento Assinado Digitalmente por: ADELMO CORDEIRO DE LUCENA MONTEIRO
Acesse em: <https://tce.ce.gov.br/cpf/validaDoc.seam> Código do documento: 5d509aca-b3a6-44a5-9411-254520d541b9



DECLARAÇÃO

João Mendonça Bezerra Jatobá, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 00455/2014, firmado entre o/a Belo Jardim e o Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim em 19/05/2014, foi publicado em 19/05/2014 no

☒ mural

☐ jornal

☐ Diário Oficial do

- Edição nº

, de

- Edição nº

, de

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Belo Jardim, 19/05/2014

João Mendonça Bezerra Jatobá
Prefeito

AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM

Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários

Acordo CADPREV nº	00455/2014	Data	19/05/2014
Valor consolidado	4.167.851,54	Valor da prestação inicial	69.464,19
Número prestações	60	Vencimento 1ª prestação	10/06/2014

DEVEDOR

Ente Federativo	Belo Jardim/PE	CNPJ	10.260.222/0001-05
Representante Legal	João Mendonça Bezerra Jatobá	CPF	430.668.284-68
Conta para débito	Banco do Brasil	Agência nº	721-8
		Conta nº	5131-4

CREDOR

Unidade Gestora	Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim	CNPJ	05.782.177/0001-00
Representante Legal	Silvia Renata Nascimento Bezerra	CPF	030.631.174-71
Conta para crédito	Banco do Brasil	Agência nº	2169-5
		Conta nº	17754-7

1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, identifica o Banco do Brasil de que, segundo o estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento:

- 1.1 - das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;
1.2 - das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.

2. Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente e o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:

- 2.1 - Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação do acordo de parcelamento (item 1.1) ou 30 (trinta) dias do vencimento das contribuições não parceladas (item 1.2), sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente.
2.2 - Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora.
2.3 - Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, este será amortizado pelo saldo existente na conta, dando-se preferência aos valores de que tratam o item 1.1 e em seguida aos do item 1.2, e o resíduo será debitado na parcela subsequente de crédito do FPM.
2.4 - O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.

3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.

4. Esta autorização constitui para integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

Belo Jardim/PE - 19/05/2014

ASSINATURAS

ENTE FEDERATIVO	
UNIDADE GESTORA	
BANCO DO BRASIL (*)	
<p style="text-align: right;">FERNANDO Antônio T. Oliveira Gerente de Agência Matr.: 3.214.309-5</p>	

(*) Identificar o responsável (nome, cargo e matrícula).



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

CNPJ: 10.280.222/0001-05

Ente: Prefeitura Municipal de Belo Jardim / PE

Título: PARCELAMENTO DE DEBITOS PREVIDENCIÁRIOS - UTILIZAÇÃO INDEVIDA DE RECURSOS - NAF Nº 111/2011

Lei autorizativa do parcelamento: Lei Municipal nº 2.039 de 28 de agosto de 2013

Número do acordo: 00455/2014

Data de consolidação do Termo: 19/05/2014

Data de assinatura do Termo: 19/05/2014

Data de vencimento da 1ª: 10/06/2014

2. RESULTADO DA RUBRICA

Rubrica: Utilização indevida de recursos

Competência: Inicial: 12/2006 Final: 07/2009

Quantidade de Parcelas: 60

Diferença apurada: 2.255.323,59

Diferença apurada atualizada: 4.167.851,54

Valor da parcela na data de consolidação: 69.454,19

Critérios de atualização para consolidação do débito:

Índice: IPCA

Taxa de juros:

0,50 am

Tipo de juros: Simples

Multa:

Critérios de atualização das parcelas vincendas:

Índice: IPCA

Taxa de juros:

0,50 am

Tipo de juros: Simples

Critérios de atualização das parcelas vencidas:

Índice: IPCA

Taxa de juros:

0,50 am

Tipo de juros: Simples

Multa: 2,00 %



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA

COMPETÊNCIA	DIFERENÇA APURADA	ÍNDICE(%)	VARIACÃO(%)	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.(%)	JUROS	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA
12/2006	50.913,19	0,48	50,07	25.492,23	44,00	33.618,38		110.023,80
13/2006		0,48	50,07		44,00			
01/2007		0,44	49,42		43,50			
02/2007		0,44	48,76		43,00			
03/2007		0,37	48,21		42,50			
04/2007		0,25	47,84		42,00			
05/2007		0,28	47,43		41,50			
06/2007	4.681,50	0,28	47,02	2.201,29	41,00	2.821,88		9.704,87
07/2007	4.848,80	0,24	46,67	2.262,94	40,50	2.880,25		9.991,99
08/2007	51.988,18	0,47	45,98	23.903,25	40,00	30.355,77		108.245,20
09/2007	51.983,36	0,18	45,72	23.788,79	39,50	29.921,31		105.871,46
10/2007	53.929,40	0,30	45,28	24.419,23	39,00	30.555,97		108.904,60
11/2007	55.387,75	0,38	44,73	24.774,94	38,50	30.862,64		111.025,33
12/2007	158.910,35	0,74	43,67	69.395,15	38,00	86.786,47		315.062,97
13/2007	33.813,04	0,74	43,67	14.766,15	38,00	18.460,09		67.039,28
01/2008	56.544,38	0,54	42,90	24.257,54	37,50	30.300,72		111.102,64
02/2008	58.751,58	0,49	42,20	23.949,16	37,00	29.859,27		110.559,98
03/2008	58.972,30	0,48	41,52	24.485,30	36,50	30.462,02		113.919,62
04/2008	65.992,22	0,55	40,75	26.891,83	36,00	33.438,26		126.322,31
05/2008	68.500,12	0,79	39,64	27.153,45	35,50	33.957,02		129.610,59
06/2008	69.285,99	0,74	38,62	26.758,25	35,00	33.615,48		129.859,72

21/05/14 09:50 v1.1



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

07/2008	71.420,72	0,53	37,59	27.081,31	34,50	33.976,30	132.458,33
08/2008	64.235,64	0,28	37,50	24.088,37	34,00	30.030,16	118.354,17
09/2008	65.444,66	0,26	37,15	24.312,69	33,50	30.066,71	119.826,06
10/2008	75.130,28	0,45	36,53	27.445,09	33,00	33.849,87	136.425,24
11/2008	76.706,20	0,36	36,04	27.644,91	32,50	33.814,11	138.265,22
12/2008	279.984,60	0,28	35,66	99.842,51	32,00	121.544,68	501.371,79
13/2008	80.009,27	0,28	35,66	28.531,31	32,00	34.732,99	143.273,57
01/2009	65.819,56	0,48	35,01	33.546,43	31,50	40.750,29	170.116,28
02/2009	97.937,43	0,55	34,28	33.572,95	31,00	40.768,22	172.278,60
03/2009	100.341,43	0,20	34,01	34.126,12	30,50	41.012,60	175.480,15
04/2009	101.203,72	0,48	33,37	33.771,68	30,00	40.492,62	175.468,02
05/2009	84.463,64	0,47	32,74	30.933,94	29,50	36.998,18	162.415,77
06/2009	95.721,28	0,36	32,27	30.889,26	29,00	36.717,06	163.327,60
07/2009	114.365,02	0,24	31,96	36.546,01	28,50	43.015,34	183.946,37
TOTAL:	2.255.323,89			856.791,08		1.055.736,77	4.187.851,54





DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

4. ASSINATURAS

ENTE: Prefeitura Municipal de Belo Jardim / PE - 10.260.222/0001-05
Representante Legal: 430.668.284-68 - João Mendonça Bezerra Jatobá

Data: 19/05/2014

Assinatura:

UNIDADE GESTORA: Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim - 05.782.177/0001-00
Representante Legal: 030.631.174-71 - Sílvia Renata Nascimento Bezerra

Data: 19/05/2014

Assinatura:

TESTEMUNHAS:

Nome: Francielma Soares de Araújo Silva
Cargo: Diretora Administrativo Financeira
CPF: 058.479.284-80

Nome: Amara Cristina Ramos Alves da Silva
Cargo: Gerente de Benefícios e Previdência
CPF: 085.370.334-56

mov

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00742/2014)**



Documento Assinado Digitalmente por: ADELMO CORDEIRO DE LUCENA MONTEIRO
Acesse em: <https://cdec.ice.pe.gov.br/cpp/validaDoc.seam> Código do documento: 5d509aca-b3a6-4406-b911-254520d541b9

DEVEDOR

Ente Federativo/UF: Belo Jardim/PE
Endereço: Rua Siqueira Campos, nº 20
Bairro: Centro
Telefone: (081) 3726-8711
E-mail: silviabezerra@hotmail.com
Representante legal: João Mendonça Bezerra Jatobá
CPF: 430.668.284-68
Cargo: Prefeito
E-mail: silviabezerra@hotmail.com

CNPJ: 10.260.222/0001-05
CEP: 55150-000
Fax: (081) 3726-8711

Complemento: Prefeito Municipal
Data início da gestão: 01/01/2013

CREDOR

Unidade Gestora: Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim
Endereço: Rua Quitéria Neves, nº 006
Bairro: Centro
Telefone: (081) 3726-6370
E-mail: silviabezerra@hotmail.com
Representante legal: Sílvia Renata Nascimento Bezerra
CPF: 030.631.174-71
Cargo: Gestor
E-mail: silviabezerra@hotmail.com

CNPJ: 05.782.177/0001-00
CEP: 55150-010
Fax: (081) 3726-6370

Complemento: Diretora Presidente
Data início da gestão: 01/01/2013

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei Municipal nº 2.039 de 28 de agosto de 2013 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo:

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Belo Jardim da quantia de R\$ 723.999,79 (setecentos e vinte e três mil e novecentos e noventa e nove reais e setenta e nove centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal (240 meses) devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 01/2012 a 12/2012, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Belo Jardim confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 723.999,79 (setecentos e vinte e três mil e novecentos e noventa e nove reais e setenta e nove centavos), será pago em 240 (duzentos e quarenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 3.016,67 (três mil e dezesseis reais e sessenta e sete centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 3.016,67 (três mil e dezesseis reais e sessenta e sete centavos), vencerá em 10/10/2014 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, conforme Lei nº Lei Municipal nº 2.039 de 28 de agosto de 2013.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00742/2014)**



Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
- b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas na forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações:

- a) a infração de qualquer das cláusulas do termo;
- b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas;
- c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de março de 2013, por 3 (três) meses consecutivos ou alternados;
- d) a revogação da Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irrevogável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas,

Belo Jardim - PE / 01/09/2014

Prefeitura Municipal de Belo Jardim
João Mendonça Bezerra Jatobá

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim
Sílvia Renata Nascimento Bezerra

Testemunhas:

Francielma Soares de Araújo Silva
Gerente Administrativo Financeiro
CPF: 058.479.294-80
RG: 7086843 SDS PE

Amara Cristina Ramos Alves da Silva
Gerente de Benefícios e Previdência
CPF: 085.370.334-56
RG: 7782181 SDS PE



DECLARAÇÃO

João Mendonça Bezerra Jatobá, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 00742/2014, firmado entre o/a Belo Jardim e o Instituto da Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim em 01/09/2014, publicado em ____/____/____ no

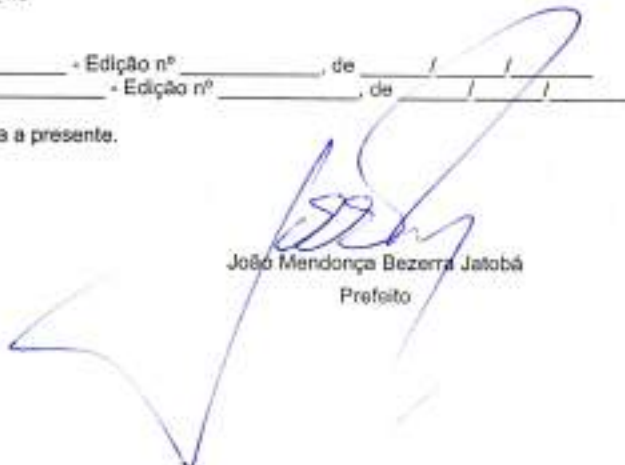
(x) mural

() Jornal

() Diário Oficial do ____ - Edição nº ____ de ____/____/____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Belo Jardim, 01 de 09 de 2014


João Mendonça Bezerra Jatobá
Prefeito

Documento Assinado Digitalmente por: ADELMO CORDEIRO DE LUCENA MONTEIRO
Acesse em <https://tce.pe.gov.br/epd/validaDoc.seam> Código do documento: 5d509aca-b3a6-44a5-9411-254520d541b9





AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM

Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários

Acordo CADPREV nº	00742/2014	Data	01/09/2014
Valor consolidado	723.999,79	Valor da prestação inicial	3.016,67
Número prestações	240	Vencimento 1ª prestação	10/10/2014

DEVEDOR

Ente Federativo	Belo Jardim	CNPJ	10.260.222/0001-05
Representante Legal	João Mendonça Bezerra Jatobá	CPF	430.668.284-68
Conta para débito	Banco do Brasil	Agência nº	721-8
		Conta nº	5131-4

CREDOR

Unidade Gestora	Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim	CNPJ	05.782.177/0001-00
Representante Legal	Silvia Renata Nascimento Bezerra	CPF	030.631.174-71
Conta para crédito	Bradesco	Agência nº	2169-5
		Conta nº	17665-6

1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, identifica o Banco do Brasil de que, segundo o estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento:

1.1 - das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;

1.2 - das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.

2. Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:

2.1 - Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação do acordo de parcelamento (item 1.1) ou 30 (trinta) dias do vencimento das contribuições não parceladas (item 1.2), sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente.

2.2 - Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora.

2.3 - Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, este será amortizado pelo saldo existente na conta, dando-se preferência aos valores de que tratam o item 1.1 e em seguida aos do item 1.2, e o resíduo será debitado na parcela subsequente de crédito do FPM.

2.4 - O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.

3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.

4. Esta autorização constitui parte integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

Belo Jardim/PE - 01/09/2014

ASSINATURAS

ENTE FEDERATIVO	
UNIDADE GESTORA	
BANCO DO BRASIL	

Romulo Dias Pereira da Silva
Gerente Geral UBS
Matr. 8.748.499-4



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

CNPJ: 10.260.222/0001-05
Ente: Prefeitura Municipal de Belo Jardim / PE
Número do acordo: 00742/2014
Data de consolidação do Termo: 01/09/2014
Data de assinatura do Termo: 01/09/2014
Data de vencimento da 1ª: 10/10/2014
Título: TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO - DESPACHO MPS/SPPS/DRPSP/CGACI nº 0157/2014
Lei autorizativa do parcelamento: Lei Municipal nº 2.039 de 28 de agosto de 2013

2. RESULTADO DA RUBRICA

Rubrica: Contribuição Patronal (240 meses)

Competência: Inicial: 01/2012 Final: 13/2012 Quantidade de Parcelas: 240

Diferença apurada: 581.426,15 Diferença apurada atualizada: 723.999,79

Valor da parcela na data de consolidação: 3.016,67

Critérios de atualização para consolidação do débito:

Índice: IPCA Taxa de juros: 0,50 am Tipo de juros: Simples Multa:

Critérios de atualização das parcelas vencidas:

Índice: IPCA Taxa de juros: 0,50 am Tipo de juros: Simples

Critérios de atualização das parcelas vencidas:

Índice: IPCA Taxa de juros: 0,50 am Tipo de juros: Simples Multa: 2,00 %



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA

COMPETÊNCIA	DIFERENÇA APURADA	ÍNDICE(%)	VARIAÇÃO(%)	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.(%)	JUROS	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA
01/2012	0,00	0,56	15,66	0,00	15,50	0,00		0,00
02/2012	210,32	0,45	15,14	31,84	15,00	36,32		278,48
03/2012	0,00	0,21	14,90	0,00	14,50	0,00		0,00
04/2012	-440,00	0,64	14,17	-62,35	14,00	-70,33		-572,68
05/2012	0,00	0,36	13,76	0,00	13,50	0,00		0,00
06/2012	0,03	0,06	13,67	0,00	13,00	0,00		0,03
07/2012	1,23	0,43	13,18	0,16	12,50	0,17		1,56
08/2012	168.028,96	0,41	12,72	21.373,28	12,00	22.728,27		212.130,51
09/2012	216.321,70	0,57	12,08	26.131,66	11,50	27.882,14		270.335,50
10/2012	101.776,09	0,59	11,42	11.622,83	11,00	12.473,88		125.872,80
11/2012	31.805,87	0,60	10,76	3.422,31	10,50	3.698,96		38.927,14
12/2012	31.568,57	0,79	9,89	3.163,67	10,00	3.515,22		36.667,46
13/2012	31.733,38	0,79	9,89	3.138,43	10,00	3.467,18		38.358,99
TOTAL:	581.926,15			68.821,83		73.751,81		723.999,79

Handwritten signature and date: 02/09/14



Documento Assinado Digitalmente por: ADELMO CORDEIRO DE LUCENA MONTEIRO
 Assessoria: <https://ctce.ctce.pe.gov.br/cpp/validaDoc.seam> Código do documento: 5d509aca-b3a6-44a5-9411-254520d541b9



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

4. ASSINATURAS

ENTE: Prefeitura Municipal de Belo Jardim / PE - 10.260.222/0001-05

Representante Legal: 430.668.284-88 - João Mendonça Bezerra Jatobá

UNIDADE GESTORA: Instituto de Previdência dos Senhores Municipais de Belo Jardim - 05.782.177/0001-00

Representante Legal: 030.631.174-71 - Sílvia Renata Nascimento Bezerra

TESTEMUNHAS:

Nome: Francielma Soares de Araújo Silva

Cargo: Garante Administrativo Financeiro

CPF: 058.479.294-80

Nome: Anara Cristina Ramos Alves da Silva

Cargo: Gerente de Benefícios e Previdência

CPF: 085.370.334-56

Data: 01/03/20

Assinatura:

Data: 01/03/20

Assinatura:



**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00743/2014)**



Documento Assinado Digitalmente por: ADELMO CORDEIRO DE LUCENA MONTEIRO
Acesse em: <https://epec.tce.pe.gov.br/cpp/validaDoc.seam> Código do documento: 5d505a-b3a6-44b5-9491-254520d541b6

DEVEDOR

Ente Federativo/UF:	Belo Jardim/PE	CNPJ:	10.260.222/0001-05
Endereço:	Rua Siqueira Campos, nº 20	CEP:	55150-000
Bairro:	Centro	Fax:	(081) 3726-8711
Telefone:	(081) 3726-8711		
E-mail:	silviabezerra@hotmail.com		
Representante legal:	João Mendonça Bezerra Jatobá	Complemento:	Prefeito Municipal
CPF:	430.668.284-68	Data início da gestão:	01/01/2013
Cargo:	Prefeito		
E-mail:	silviabezerra@hotmail.com		

CREDOR

Unidade Gestora:	Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim	CNPJ:	05.782.177/0001-00
Endereço:	Rua Quitéria Neves, nº 006	CEP:	55150-010
Bairro:	Centro	Fax:	(081) 3726-6370
Telefone:	(081) 3726-6370		
E-mail:	silviabezerra@hotmail.com		
Representante legal:	Silvia Renata Nascimento Bezerra	Complemento:	Diretora Presidente
CPF:	030.631.174-71	Data início da gestão:	01/01/2013
Cargo:	Gestor		
E-mail:	silviabezerra@hotmail.com		

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei Municipal nº 2.039 de 28 de agosto de 2013 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim é CREDOR junto ao DEVEDOR Municípios de Belo Jardim da quantia de R\$ 26.334,54 (vinte e seis mil e trezentos e trinta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos), correspondentes aos valores de Contribuição dos Segurados devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 01/2010 a 12/2012, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Municípios de Belo Jardim confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela exatidão do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 26.334,54 (vinte e seis mil e trezentos e trinta e quatro reais e cinquenta e quatro centavos), será pago em 60 (sessenta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 438,91 (quatrocentos e trinta e oito reais e noventa e um centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 438,91 (quatrocentos e trinta e oito reais e noventa e um centavos), vencerá em 10/10/2014 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, conforme Lei nº Lei Municipal nº 2.039 de 28 de agosto de 2013.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês de consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração acrescido de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 00743/2014)**



Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

- a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira;
- b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas, na forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial extrajudicial, quaisquer das seguintes situações:

- a) a infração de qualquer das cláusulas do termo;
- b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas;
- c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de março de 2013, por 3 (três) meses consecutivos alternados;
- d) a revogação da Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irrefutável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Belo Jardim - PE / 01/09/2014.

Prefeitura Municipal de Belo Jardim
João Mendonça Bezerra Jatobá

Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim
Sílvia Renata Nascimento Bezerra

Testemunhas:

Francielma Soares de Araújo Silva
Gerente Administrativo Financeira
CPF: 058.479.294-80
RG: 7066843 SDS PE

Amara Cristina Ramos Alves da Silva
Gerente de Benefícios e Previdência
CPF: 085.370.334-58
RG: 7782181 SDS PE




DECLARAÇÃO

João Mendonça Bezerra Jatobá, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 00743/2014, firmado entre o/a Belo Jardim e o Instituto da Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim em 01/09/2014, foi publicado em ____/____/____ no

(☒) mural
() jornal ____ - Edição nº ____ de ____/____/____
() Diário Oficial do ____ - Edição nº ____ de ____/____/____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Belo Jardim, 01/09/2014


João Mendonça Bezerra Jatobá
Prefeito

Documento Assinado Digitalmente por: ADELMO CORDEIRO DE LUCENA MONTEIRO
Acesse em: <https://epec.tce-pe.gov.br/epg/validadoc.seam> Código do documento: 5d509aca-b3a6-44a5-9411-254520d541b9





AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM

Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários

Acordo CADPREV nº	00743/2014	Data	01/09/2014
Valor consolidado	26.334,54	Valor da prestação inicial	438,91
Número prestações	60	Vencimento 1ª prestação	10/10/2014
DEVEDOR			
Ente Federativo	Belo Jardim	CNPJ	10.260.222/0001-05
Representante Legal	João Mendonça Bezerra Jatobá	CPF	430.668.284-68
Conta para débito	Banco do Brasil	Agência nº	721-8
		Conta nº	5131-4
CREDOR			
Unidade Gestora	Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim	CNPJ	05.782.177/0001-00
Representante Legal	Silvia Renata Nascimento Bezerra	CPF	030.631.174-71
Conta para crédito	Bradesco	Agência nº	2169-5
		Conta nº	17665-6

1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, cientifica o Banco do Brasil de que, segundo o estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento:

1.1 - das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;

1.2 - das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.

2. Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:

2.1 - Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação do acordo de parcelamento (item 1.1) ou 30 (trinta) dias do vencimento das contribuições não parceladas (item 1.2), sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente.

2.2 - Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora.

2.3 - Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, este será amortizado pelo saldo existente na conta, dando-se preferência aos valores de que tratam o item 1.1 e em seguida aos do item 1.2, e o resíduo será debitado na parcela subsequente de crédito do FPM.

2.4 - O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme item 2.1, é de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.

3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.

4. Esta autorização constitui parte integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

Belo Jardim/PE - 01/09/2014

ASSINATURAS

ENTE FEDERATIVO

UNIDADE GESTORA

BANCO DO BRASIL

Romulo Dias Pereira da Silva
Gerente Geral UH
Matr. 8.748.499-4



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

1. IDENTIFICAÇÃO DO PLANO

CNPJ: 10.260.222/0001-05
Ente: Prefeitura Municipal de Belo Jardim / PE
Número do acordo: 00743/2014
Data de consolidação do Termo: 01/09/2014
Título: TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO - TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO - DESPACHO MP/SPPS/DIRP/SP/CGACI nº
Data de assinatura do Termo: 01/09/2014
Lei autorizativa do parcelamento: Lei Municipal nº 2.039 de 28 de agosto de 2013
Data de vencimento da 1ª: 10/10/2014

2. RESULTADO DA RUBRICA

Rubrica: Contribuição dos Segurados

Competência: Inicial: 01/2012 Final: 12/2012 Quantidade de Parcelas: 60

Diferença apurada: 20.851,12 Diferença apurada atualizada: 26.334,54

Valor da parcela na data de consolidação: 438,91

Critérios de atualização para consolidação do débito:

Índice: IPCA Taxa de juros: 0,50 am Tipo de juros: Simples Multa:

Critérios de atualização das parcelas vincendas:

Índice: IPCA Taxa de juros: 0,50 am Tipo de juros: Simples

Critérios de atualização das parcelas vencidas:

Índice: IPCA Taxa de juros: 0,50 am Tipo de juros: Simples Multa: 2,00 %



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

3. LANÇAMENTOS DA RUBRICA

COMPETÊNCIA	DIFERENÇA APURADA	ÍNDICE(%)	VARIACÃO(%)	ATUALIZAÇÃO	JUROS PERC.(%)	JUROS	MULTA	DIFERENÇA ATUALIZADA
01/2012	0,00	0,58	15,66	0,00	15,50	0,00		0,00
02/2012	0,00	0,45	15,14	0,00	15,00	0,00		0,00
03/2012	0,00	0,21	14,90	0,00	14,50	0,00		0,00
04/2012	-0,28	0,64	14,17	-0,04	14,00	-0,04		-0,36
05/2012	0,00	0,36	13,76	0,00	13,50	0,00		0,00
06/2012	-21,71	0,08	13,67	-2,97	13,00	-3,21		-27,89
07/2012	3,467,32	0,43	13,18	456,99	12,50	490,54		4,414,85
08/2012	3,394,14	0,41	12,72	431,73	12,00	459,10		4,284,97
09/2012	33,530,34	0,57	12,06	4,050,47	11,50	4,321,79		41,902,60
10/2012	3,305,93	0,59	11,42	377,54	11,00	405,18		4,088,65
11/2012	-48,856,42	0,60	10,76	-5,256,95	10,50	-5,681,90		-59,795,27
12/2012	3,212,63	0,79	9,89	317,73	10,00	353,04		3,883,40
13/2012	22,819,17	0,79	9,89	2,256,82	10,00	2,507,50		27,583,59
TOTAL:	20,851,12			2,631,32		2,852,10		26,334,54



DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DE PARCELAMENTO - DCP

4. ASSINATURAS

ENTE: Prefeitura Municipal de Belo Jardim / PE - 10.260.222/0001-05
Representante Legal: 430.668.284-68 - João Mendonça Bezerra Jatobá

UNIDADE GESTORA: Instituto de Previdência dos Servidores Municipais de Belo Jardim - 05.782.177/0001-00
Representante Legal: 030.631.174-71 - Sílvia Renata Nascimento Bezerra

TESTEMUNHAS:

Nome: Francilma Soares de Araújo Silva
Cargo: Gerente Administrativo Financeira
CPF: 058.479.284-80

Nome: Aníara Cristina Ramos Alves da Silva
Cargo: Gerente de Benefícios e Previdência
CPF: 085.370.334-56

Data: 01/05/11

Assinatura:

Data: 01/05/11

Assinatura:



**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 01645/2017)**



desde o mês da consolidação até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela, visando manter o equilíbrio financeiro e atuarial.

Parágrafo segundo - Em caso de atraso no pagamento de quaisquer das parcelas, sobre o valor atualizado até a data de seu vencimento, incidirá atualização pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acréscimo de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento até o mês anterior ao do pagamento e multa de 2,00% (dois por cento).

Cláusula Quarta: DA VINCULAÇÃO DO FPM

O DEVEDOR vincula o Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia de pagamento dos valores:

a) das prestações acordadas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, atualizadas na forma da cláusula terceira; b) das contribuições previdenciárias não incluídas neste termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento, devidamente atualizadas na forma da legislação do ente.

A vinculação será formalizada por meio do fornecimento ao agente financeiro responsável pela liberação do FPM da "Autorização para Débito na Conta de Repasse do Fundo de Participação dos Municípios - FPM", conforme anexo a este termo, e deverá permanecer em vigor até a quitação integral do acordo de parcelamento.

Cláusula Quinta - DA RESCISÃO

Constituem motivo para rescisão deste termo de acordo de parcelamento, independentemente de intimação, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, quaisquer das seguintes situações: a) a infração de qualquer das cláusulas do termo; b) a falta de pagamento de 3 (três) prestações consecutivas ou alternadas; c) a ausência de repasse integral das contribuições devidas ao RPPS, das competências a partir de abril de 2017, por (três) meses consecutivos ou alternados.

Cláusula Sexta - DA DEFINITIVIDADE

A assinatura do presente termo de acordo pelo DEVEDOR importa em confissão definitiva e irratável do débito, sem que isso implique em novação ou transação, configurando ainda, confissão extrajudicial, nos termos dos artigos 348, 353 e 354, do Código de Processo Civil, devendo o montante parcelado ser devidamente reconhecido e contabilizado pelo ente federativo como dívida fundada com a unidade gestora do RPPS.

Cláusula Sétima - DA PUBLICIDADE

O presente termo de acordo de parcelamento e confissão de débitos previdenciários entrará em vigor na data de sua publicação.

Cláusula Oitava - DO FORO

Para dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham surgir no decorrer da execução do presente termo, as partes, de comum acordo, elegem o foro de sua Comarca.

Para fins de direito, este instrumento é firmado em 2 (duas) vias de igual teor e forma e diante de 2 (duas) testemunhas.

Assinam este termo na condição de interveniente-garante e responsável solidário pelos débitos ora confessados o representante legal ao qual qualificado.

Belo Jardim - PE / 26/10/2017

Autarquia Educacional do Belo Jardim - AEB FBJ

José João Ribeiro

Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Belo Jardim

Sebastião Cordeiro de Carvalho Filho

INTERVENIENTE-GARANTE:

Prefeitura Municipal de Belo Jardim - 10.260.222/0001-05

Francisco Hélio de Melo Santos
Prefeito

CPF: 031.646.074-58

Francisco Hélio de Melo Santos

Prefeito

Testemunhas:

Cid Coelho da Silveira

Diretor Administrativo Financeiro

CPF: 448.234.794-91

Andreza Polliana Simão de Lima

Secretária

CPF: 046.064.284-73

**TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 01645/2017)**



Documento Assinado Digitalmente por: ADELMO CORDEIRO DE LUCENA MONTEIRO
Acesse em: <https://efec.tce.pe.gov.br/cnpj/validaDoc.seam> Código do documento: 5d309aca-b3a6-4411-29520d54-1b9

DEVEDOR

Ente Federativo/UF: Autarquia Educacional do Belo Jardim - AEB FBJ
Endereço: Rodovia PE 165, KM 5
Bairro: Rodovia PE 165, KM 5
Telefone: 081 37261800
E-mail: presidencia@belojardimprev.pe.gov.br
Representante legal: José João Ribeiro
CPF: 084.055.654-34
Cargo: Gestor da AEB FBJ
E-mail: presidencia@belojardimprev.pe.gov.br

CNPJ: 11.464.153/0001-06
CEP: 55.150-000
Fax: 081 37261073
Complemento:
Data início da gestão: 25/07/2017

CREDOR

Unidade Gestora: Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Belo
Endereço: Rua Quitéria Neves, nº 006
Bairro: Centro
Telefone: (081) 3726-6370
E-mail: presidencia@belojardimprev.pe.gov.br
Representante legal: Sebastião Cordeiro de Carvalho Filho
CPF: 049.982.824-09
Cargo: Diretor
E-mail: presidencia@belojardimprev.pe.gov.br

CNPJ: 05.782.177/0001-00
CEP: 55150-010
Fax: (000) 0000-0000
Complemento: Gestor do RPPS
Data início da gestão: 26/07/2017

As partes acima identificadas firmam o presente Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários com fundamento na Lei Municipal nº 3.186 de 23 de outubro de 2017 e em conformidade com as cláusulas e condições abaixo :

Cláusula Primeira - DO OBJETO

O Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Belo Jardim é CREDOR junto ao DEVEDOR Autarquia Educacional do Belo Jardim - AEB FBJ da quantia de R\$ 342.692,42 (trezentos e quarenta e dois mil e seiscentos e noventa e dois reais e quarenta e dois centavos), correspondentes aos valores de Contribuição Patronal (200 meses) devidos e não repassados ao Regime Próprio de Previdência Social - RPPS dos servidores públicos, relativos ao período de 03/2016 a 03/2017, cujo detalhamento encontra-se no Demonstrativo Consolidado do Parcelamento - DCP anexo.

Pelo presente instrumento o/a Autarquia Educacional do Belo Jardim - AEB FBJ confessa ser DEVEDOR do montante citado e compromete-se a quitá-lo na forma aqui estabelecida.

O DEVEDOR renuncia expressamente a qualquer contestação quanto ao valor e procedência da dívida e assume integral responsabilidade pela extinção do montante declarado e confessado, ficando, entretanto, ressalvado o direito do CREDOR de apurar, a qualquer tempo, a existência de outras importâncias devidas e não incluídas neste instrumento, ainda que relativas ao mesmo período.

Cláusula Segunda - DO PAGAMENTO

O montante de R\$ 342.692,42 (trezentos e quarenta e dois mil e seiscentos e noventa e dois reais e quarenta e dois centavos), será pago em 30 (trinta) parcelas mensais e sucessivas de R\$ 11.423,08 (onze mil e quatrocentos e vinte e três reais e oito centavos) atualizadas de acordo com o disposto na Cláusula Terceira.

A primeira parcela, no valor R\$ 11.423,08 (onze mil e quatrocentos e vinte e três reais e oito centavos), vencerá em 15/11/2017 e as demais parcelas na mesma data dos meses posteriores, comprometendo-se o DEVEDOR a pagar as parcelas nas datas fixadas, atualizadas conforme o critério determinado na Cláusula Terceira.

O DEVEDOR se obriga, também, a consignar no orçamento de cada exercício financeiro, as verbas necessárias ao pagamento das parcelas e das contribuições que vencerem após esta data.

A dívida objeto do parcelamento constante deste instrumento é definitiva e irredutível, assegurando ao CREDOR a cobrança judicial da dívida, atualizada pelos critérios fixados na Cláusula Terceira até a data da inscrição em Dívida Ativa.

Fica acordado que o DEVEDOR e o CREDOR prestarão ao Ministério da Previdência Social todas as informações referentes ao presente acordo de parcelamento através dos documentos constantes nas normas que regem os Regimes Próprios de Previdência Social.

Cláusula Terceira - DA ATUALIZAÇÃO DOS VALORES

Os valores devidos foram atualizados pelo IPCA acumulado desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao de sua consolidação em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados desde o mês do vencimento do débito até o mês anterior ao da consolidação, conforme Lei nº Lei Municipal nº 3.186 de 23 de outubro de 2017.

Parágrafo primeiro - As parcelas vincendas determinadas na Cláusula Segunda serão atualizadas pelo IPCA acumulado desde o mês da consolidação dos débitos até o mês anterior ao do vencimento da respectiva parcela em que tenha sido disponibilizado pelo órgão responsável por sua apuração e acrescidos de juros legais simples de 0,50% ao mês (zero vírgula cinquenta por cento ao mês), acumulados

Sigillo

TM

TERMO DE ACORDO DE PARCELAMENTO E
CONFISSÃO DE DÉBITOS PREVIDENCIÁRIOS (ACORDO CADPREV Nº 01645/2017)

RG: 2858149

RG: 6709487

AAA
Sede

2017



Documento Assinado Digitalmente por: ADELMO CORDEIRO DE LUCENA MONTEIRO
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 5d509aca-b3a6-44a5-9411-254520d541b9



DECLARAÇÃO

Francisco Hélio de Melo Santos, Prefeito, DECLARA para os devidos fins, que o Termo de Acordo de Parcelamento e Confissões de Débitos Previdenciários nº 01645/2017, firmado entre o/a Autarquia Educacional do Belo Jardim - AEB FBJ e o Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Belo Jardim em 26/10/2017, foi publicado em ____/____/____ no

- () mural
() jornal ____ - Edição nº ____ de ____/____/____
() Diário Oficial do ____ - Edição nº ____ de ____/____/____

Por ser expressão da verdade, firma a presente.

Belo Jardim, ____/____/____


Francisco Hélio de Melo Santos
Prefeito

Francisco Hélio de Melo Santos
Prefeito



AUTORIZAÇÃO PARA DÉBITO NA CONTA DE REPASSE DO FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - FPM

Anexo ao Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários

Acordo CADPREV nº	01645/2017	Data	26/10/2017
Valor consolidado	342.692,42	Valor da prestação inicial	11.423,08
Número prestações	30	Vencimento 1ª prestação	15/11/2017

DEVEDOR

Ente Federativo	Belo Jardim/PE	CNPJ	10.260.222/0001-05
Representante Legal	Francisco Hélio de Melo Santos	CPF	031.646.074-58
Conta para débito	Banco do Brasil	Agência nº	0721-8
		Conta nº	5131-4

CREDOR

Unidade Gestora	Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Belo Jardim	CNPJ	05.782.177/0001-00
Representante Legal	Sebastião Cordeiro de Carvalho Filho	CPF	049.982.824-09
Conta para crédito	Banco do Brasil	Agência nº	2169-5
		Conta nº	17754-7

1. O ente federativo acima qualificado, por intermédio de seu representante legal, na condição de devedor da Unidade Gestora de seu RPPS, na forma do Termo de Acordo de Parcelamento e Confissão de Débitos Previdenciários acima identificado, identifica o Banco do Brasil de que, segundo o estabelecido na cláusula quarta do referido termo de acordo, ocorreu a vinculação dos valores do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como

- 1.1 - das prestações acordadas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento;
1.2 - das contribuições previdenciárias não incluídas no termo de acordo de parcelamento e não pagas no seu vencimento.

2. Desse modo, o ente federativo autoriza o Banco do Brasil a debitar na conta destinada às liberações do FPM e transferir para a conta da Unidade Gestora os valores não pagos no seu vencimento, enquanto estiver vigente e o termo de acordo, observado o seguinte procedimento:

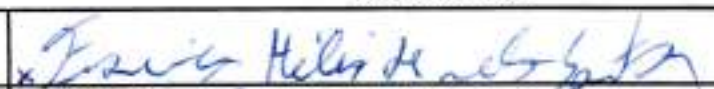
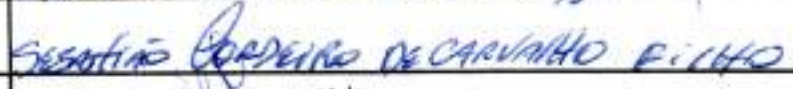
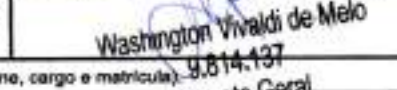
- 2.1 - Decorridos 5 (cinco) dias do vencimento da prestação do acordo de parcelamento (Item 1.1) ou 30 (trinta) dias do vencimento das contribuições não parceladas (Item 1.2), sem que o ente federativo tenha efetivado o pagamento, a Unidade Gestora encaminhará ao Banco do Brasil demonstrativo atualizado do valor devido, com cópia ao ente.
2.2 - Recebida a comunicação, o Banco do Brasil debitará o valor devido na conta do ente federativo, na data de liberação da primeira parcela subsequente do FPM, transferindo-o de imediato para a conta da Unidade Gestora.
2.3 - Se o valor disponível na conta do FPM não for suficiente para liquidação do valor devido, este será amortizado pelo saldo existente na conta, dando-se preferência aos valores de que tratam o Item 1.1 e em seguida aos do Item 1.2, e o resíduo será debitado na parcela subsequente de crédito do FPM.
2.4 - O valor devido, indicado para débito na conta do ente federativo, conforme Item 2.1, é de inteira responsabilidade da Unidade Gestora, eximindo-se o Banco do Brasil de qualquer responsabilidade quanto ao seu cálculo.

3. O ente federativo declara-se ciente de que a revogação desta autorização antes da quitação integral do acordo de parcelamento constituirá causa para a rescisão antecipada do termo de acordo, com as consequências estabelecidas em sua cláusula quinta.

4. Esta autorização constitui para integrante do termo de acordo e será, após assinada pelos envolvidos, digitalizada e enviada ao Ministério da Previdência Social, por meio do CADPREV.

Belo Jardim/PE - 26/10/2017

ASSINATURAS

ENTE FEDERATIVO		
UNIDADE GESTORA		SEBASTIÃO CORDEIRO DE CARVALHO FILHO DIRETOR PRESIDENTE MATRÍCULA: 4.0001500
BANCO DO BRASIL (*)		Washington Vivaldi de Melo 9.814.137 Gerente Geral

(*) Identificar o responsável (nome, cargo e matrícula).



Ofício nº 52 2017

Belo Jardim, 23 de outubro de 2017.

A Sua Excelência Gilvandro Estrela de Oliveira
Presidente da Câmara de Vereadores do Município de Belo Jardim.

Assunto: Sanção da Lei nº 3.186 de 23 de Outubro de 2017.

Cumprimentando-vos, venho à presença de Vossa Excelência comunicar da sanção da Lei nº 3.186 de 23 de Outubro de 2017 que tem como Ementa: **"Dispõe sobre o parcelamento e reparcèlement de débitos do Município de Belo Jardim/PF, Administração Direta e Indireta, com seu Regime Próprio de Previdência Social – RPPS"** ao qual foi aprovado por unanimidade por esta Casa.

Em anexo segue a cópia da lei em comento.

Certos da colaboração recíproca, renovamos os protestos de elevada estima e distinta consideração, ao passo em que nos colando à disposição para eventuais esclarecimentos porventura necessários.

Belo Jardim, 23 de outubro de 2017.

Francisco Hélio de Melo Santos
Prefeito Municipal





PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO JARDIM
Estado de Pernambuco

LEI Nº 3.186 DE 23 DE OUTUBRO DE 2017

Dispõe sobre o parcelamento e reparcèlement do débito do Município de Belo Jardim/PE, Administração Direta e Indireta, com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS.

O **PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BELO JARDIM/PE**, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e sancionou a seguinte Lei:

Art. 1º Fica autorizado o parcelamento e/ou reparcèlement dos débitos do Município de Belo Jardim/PE, Administração Direta e Indireta, com seu Regime Próprio de Previdência Social - RPPS, gerido pelo Instituto de Previdência dos Servidores Públicos do Município de Belo Jardim - BELO JARDIM PREV, em até 200 (duzentas) prestações mensais, iguais e sucessivas, de contribuições devidas pelo ente federativo ou decorrentes dos seguros ativos, aposentados e pensionistas, bem como de outros débitos não decorrentes de contribuições previdenciárias, relativo às competências até março de 2017, observado o disposto no artigo 5º A da Portaria MPS nº 402/2005, com as alterações da Portaria MF nº 332/2017.

Art. 2º Para apuração do montante devido a ser parcelado os valores originais serão atualizados pelo Índice de Preços no Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, acrescido de juros simples de 3,50% (três por cento) ao mês, acumulados desde a data de vencimento até a data da assinatura do termo de acordo de parcelamento, com responsabilidade mútua.

Art. 3º Em caso de reparcèlement, para apuração do novo saldo devido, os valores consolidados do parcelamento ou reparcèlement anterior e das suas respectivas prestações pagas serão atualizados pelo Índice de Preços no Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, acrescido





PREFEITURA MUNICIPAL DE BELO JARDIM
Estado de Pernambuco

de juros simples de 0,50% (meio por cento) ao mês e multa de 2,00% (dois por cento) acumulados desde a data da consolidação ou parcelamento ou reparcèlement anterior e das datas das suas respectivas prestações pagas até a data da nova consolidação do termo de parcelamento.

Art. 4º. As prestações vincendas serão atualizadas mensalmente pelo Índice de Preços no Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, acrescido de juros simples de 0,50% (meio por cento) ao mês, acumuladas desde a data de consolidação do montante devido no termo de acordo de parcelamento ou reparcèlement até o mês do pagamento.

Art. 5º. As prestações vencidas serão atualizadas mensalmente pelo Índice de Preços no Consumidor Amplo - IPCA/IBGE, acrescido de juros simples de 0,50% (meio por cento) ao mês e multa de 2,00% (dois por cento), acumulados desde a data de vencimento da prestação até o mês do efetivo pagamento.

Art. 6º Fica autorizada a vinculação do Fundo de Participação dos Municípios - FPM como garantia das prestações acordadas no termo de parcelamento ou reparcèlement, não pagas no seu vencimento.

Parágrafo único. A garantia de vinculação do FPM deverá constar de cláusula do termo de parcelamento ou reparcèlement e de autorização fornecida ao agente financeiro responsável pelo resgate das cotas, e vigorará até a quitação do termo.

Art. 7º Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrário.

Belo Jardim, 23 de outubro de 2017.


Francisco Hélio de Melo Santos
Prefeito Municipal

